

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

ATA Nº 019

PRESIDENTE - DEPUTADO NATANIEL DE JESUS

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Autoridades presentes, senhores, senhoras, boa-tarde.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública com objetivo de debater o papel da sociedade no planejamento estadual dos recursos hídricos: Água - o problema do Século XXI.

Gostaria de convidar para compor a Mesa o Exmº Sr. Deputado Humberto Bosaipo; o Sr. Domingos Iglesias, Coordenador da Defesa Civil em Mato Grosso; a Srª Sanny Saggin, Assessora da Diretoria de Recursos Hídricos da FEMA; a Srª Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima, Diretora Presidente da SANECAP; o Sr. Rubens Mauro Palma de Moura, Chefe do Departamento de Engenharia Sanitária Ambiental da UFMT; o Professor e Doutor Paulo César Bodstein Gomes, Coordenador de Planos e Bacias Hidrográficas da UFMT.

Composta a Mesa, convido todos para ouvir o Hino Nacional Brasileiro.  
(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO.)

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Queremos agradecer e registrar a presença do Cecílio Pinheiro, Coordenador da FEMA, no cargo de Planejamento, Pesquisas e Recurso Hídricos; do Sr. Aldir Schneider, Presidente do Pólo de Integração Regional de Mato Grosso/Rondônia; e do Sr. Gomerardo de Barros, representando a Secretaria de Infra-Estrutura do Estado.

Registro e agradeço a presença da Srª Selma Paes de Barros Teixeira, representante da AGER-Agência de Regulação do Estado; da Srª Inês Costa Marques, representando a Secretaria de Ciência e Tecnologia, Secretária Flávia Nogueira; do Sr. Erasmo Romano Leite Pinto, no cargo de Diretor Superintendente da Companhia de Água; da Srª Gabriela Rocha Briante, Técnica Atividade Ambiental; da Srª Cleide Maria Ubirajara de Arruda, Técnica Atividade Ambiental; e da Srª Dirce Inês de Campos Mesquita, Técnica Atividade Ambiental.

Queremos também agradecer a presença dos estudantes do Curso de Ciência e Biologia; dos professores e alunos da Escola Emília Fernandes de Figueiredo.

Senhoras e senhores, nós propomos esta Audiência Pública justamente para falar sobre a importância da água, hoje, a preservação, reaproveitamento, são fases muito importantes que nos preocupam bastante. Daí a nossa iniciativa, Deputado Humberto Bosaipo, de propormos esta Audiência Pública, termos aqui os nossos convidados e palestrantes que, com bastante conhecimento da causa, poderão estar colocando e fazendo suas colocações, chamando a atenção da sociedade para este problema que é justamente o uso da água.

Nós vamos passar alguns eslaides, gostaria que o assessor, o Núncio D'Eri, pudesse preparar para que pudéssemos enriquecer um pouco nosso debate. Antes de convidarmos os palestrantes, gostaria que o Núncio apresentasse alguma coisa sobre água.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Neste momento, nós vamos desfazer a Mesa para acompanharmos melhor.

Com a palavra, o Sr. Núncio D'Eri.

(NESTE MOMENTO É DESFEITA A MESA DOS TRABALHOS.)

O SR. NÚNCIO D'ERI - Boa-tarde, senhoras e senhores!

Como disse o Deputado Nataniel de Jesus, ao requerer esta Audiência Pública, a preocupação do Deputado está realmente com relação à água que dispomos no planeta. Os principais temas que se pretende abordar nesta tarde é o que representa a água em nossas vidas; nosso potencial e reserva; sua importância para a continuidade e o desenvolvimento humano; esgotabilidade; sustentabilidade; a necessidade da preservação dos recursos hídricos; a responsabilidade de cada um; a necessidade de políticas públicas para evitar o desabastecimento e os graves problemas sociais advindos desse processo; a necessidade de desenvolver programas voltados para descontaminação dos rios e seus afluentes por esgotamento sanitário e industrial e, por fim, o reaproveitamento e reutilização da água. Água, o problema do Século XXI.

Há milhões de anos, a água surgiu no planeta e consolidou a dádiva da vida. Quem por acaso poderia sobreviver sem esse precioso bem? Todos, desde um microorganismo a um ser mais complexo, biologicamente, dependem direta e indiretamente da água. Então, o que ela representa em nossas vidas? Seria a própria vida? É possível viver sem água?

A água, como todos sabem, é o único recurso natural que tem a ver com toda civilização humana. Não importa quem somos, o que fazemos, onde moramos, independentemente de nossa condição financeira, social ou física, do empresário bem sucedido, ao desempregado ou morador de rua, todos em gêneros, grau e espécie são responsáveis pelos rumos que os recursos hídricos tomam.

Segundo estudos biológicos 70% do planeta é constituído de água. Destes, 97% são de oceanos e apenas 3% de água doce que, quando tratada, serve ao consumo humano. É pouco, é muito pouco de água doce! Vale aqui ressaltar também que dos 3% de água doce do planeta, 70% são constituídos de geleiras e icebergs; 29% são os aquíferos; e somente 1% é de rios, lagos, riachos e da umidade que encontramos na atmosfera.

Ciclo da Água... Às vezes, nós esquecemos como funciona esse processo. O ciclo da água, o ciclo hidrológico é um movimento contínuo, é um processo natural de reciclagem de moléculas de água da terra ao ar e de regresso a terra.

Os processos chaves do ciclo hidrológico são: evaporação, transpiração, precipitação e infiltração, como mostra a ilustração. O primeiro desenho ali é quando evapora; depois a transpiração; a evaporação novamente; depois precipita, retornando ao solo; e, então, é quando alcança os lençóis d'água, os lençóis freáticos.

Como havia dito, dos 3% de água doce disponíveis na terra, no Brasil nós temos 11,6% desse potencial. E é este bem que atualmente vem sendo tão discutido e debatido, dada a sua importância para a condição humana, para nos mantermos vivos. A cada dia que passa vemos a questão da água que é desperdiçada, da contaminação, da poluição dos rios e, obviamente, se não houver uma busca, se não houver um retorno, se não se reverter essa situação, a vida humana estará comprometida.

Aqui no Brasil encontramos o maior rio do mundo, o Amazonas, e o maior reservatório de água subterrâneo do planeta, o sistema aquífero Guarani, que é a bacia sedimentar do Paraná. No entanto a distribuição, como muitos colocam, seria mal distribuída - vejamos os gráficos abaixo - por região: a região Norte, por exemplo, tem 68,50% do potencial de água e 45,30% da superfície, para uma população estimada em 6,98% do total do Brasil; a região Centro-Oeste detém 15,70% de água, 18,80% de superfície, para uma população de 6,41% do total do Brasil; a região

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

Sul detém 6,50% de água e uma superfície de 6,80%, para uma população de 15,05% - então, nós vemos que há uma diferença muito grande -; a região Sudeste detém 6% de água e uma superfície de 10,80%, para uma população de 42,65%; e a região Nordeste, por fim, detém 3,30% de percentual de água e uma superfície de 18,30%, para uma população de 28,91%.

A água é um recurso finito, e o seu desperdício tem conseqüências graves para a sobrevivência na terra. Cada setor da sociedade tem sua parcela de responsabilidade nessa história. A água vem se tornando cada vez mais escassa à medida que a população, a indústria e a agricultura se expandem. Embora os usos da água variem de país para país, a agricultura hoje é a atividade que mais consome água.

Nesse contexto, torna-se imprescindível o uso racional da água.

O consumo de água em residências do Brasil é de 200 litros/dia. Em outros países, por exemplo, nos países da Europa, esse consumo chega a 400 litros/dia. Como já dito, no Brasil, nós estamos com 200 litros/dia. Bom, 27% do total desse consumo são para cozinhar e beber; 25% são consumidos para higiene, para o banho, para escovar os dentes - tem muita gente que escova os dentes com a torneira aberta -; 12% são consumidos para lavagem de roupa; 3% são consumidos para lavar carro, calçadas; e 33%, segundo estudos, são consumidos para descargas de banheiro, o que mostra que tanto na cidade, como nas indústrias, se existirem duas redes de água, reusando a água cinzenta, que são as águas resultantes de lavagens e de banho, para descarga de latrinas, pode-se economizar 1/3 de toda a água. Inclusive, já existem alguns projetos. Em nível de Mato Grosso há um projeto que foi apresentado no ano passado exatamente versando sobre o reuso, reutilização da água usada na casa para lavagem de roupa e tudo mais.

O que, então, está causando a falta de água e a escassez nos dias de hoje? Bom, pelo o que nós já pudemos notar e perceber, nós vemos que cada vez se torna mais escassa a água, exatamente, pela forma como nós vimos utilizando-a hoje.

A contaminação das águas, a poluição, o desperdício e inúmeros outros fatores maléficos à conservação da água agem diretamente em nossas vidas, causando conseqüências drásticas.

Exatamente o mau uso que, às vezes, fazemos e a forma como nós tratamos da água, que é vida, acabam gerando um problema para nós até muito maior.

São dois os tipos de despejos que contaminam a água, e essa é a maior preocupação hoje que temos. O nosso potencial é um potencial muito grande, só que se não cuidarmos desse potencial que temos hoje, daqui a alguns anos, dez ou vinte anos, vai ficar muito mais difícil de se encontrar esse precioso líquido. Hoje, é muito mais fácil. Talvez seja muito mais fácil investir hoje na preservação, do que investir, daqui a vinte anos, na descontaminação da água.

Então, um dos processos de contaminação da água é o lixo orgânico. O lixo orgânico é biodegradável, mas pode representar um grande problema. A biodegradação excessiva pode levar a falta de oxigênio em rios e lagos. Os excrementos humanos contêm alguns dos mais nocivos contaminantes conhecidos, incluindo microorganismos patogênicos, como os agentes da cólera, da febre tifóide e da disenteria.

O lixo industrial é um outro despejo que vem contaminando muito os nossos rios, os nossos afluentes. O lixo industrial pode incluir metais pesados e grandes quantidades de materiais sintéticos, como os pesticidas. São materiais que se caracterizam pela toxicidade e pela persistência, não sendo rapidamente degradados em processos naturais ou nas usinas de tratamento de esgoto. O próprio rio Cuiabá é um bom exemplo do que vem ocorrendo em nosso Estado com os nossos rios. Encontramos lá todo tipo de sujeira, de detritos tanto residenciais, como industriais.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

A falta de tratamento de reciclagem do lixo afeta a água, pois ali são lançados materiais tóxicos ao ar livre, que se infiltram no solo, contaminando os lençóis subterrâneos. Aliados a isso, estão os resíduos industriais, que provocam uma poluição ainda mais séria do que a do lixo doméstico. Os resíduos industriais são metais pesados, plásticos e rejeitos químicos que envenenam a água em alguns lugares.

Eu acho todos aqui conhecem alguns exemplos, como o rio Tietê, em São Paulo, e outros rios aí, cuja situação é bem crítica.

O agrotóxico é outra substância, usada em excesso pela lavoura, que contamina as plantas, o solo e as reservas subterrâneas de água.

Na prática do desmatamento, o homem destrói a proteção vegetal do solo, fazendo com que as chuvas em excesso carreguem a terra e seus nutrientes, enfraquecendo o solo e subsolo.

São problemas que temos visto em algumas regiões, onde podemos constatar a desertificação.

Isso em outros países é, vamos dizer assim, em escala muito maior, mas o Brasil já começa a experimentar uma situação dessa em algumas regiões.

A água, uma vez contaminada, e não há um processo de despoluição, e todos os rejeitos, domésticos e industriais são lançados, grosso modo, nos rios, causa um problema ainda maior.

Quais são as doenças causadas pela falta de saneamento e poluição das águas?

Temos algumas como: amebíase, ou disenteria amebiana, ascaridíase, ou lombriga, como costuma-se falar, ancilostomose, cólera... Quanto à cólera, temos notícias há alguns anos que causou um dano muito grande a comunidades, principalmente a comunidades periféricas, disenteria, esquistossomose, febre amarela, febre tifóide, hepatite, malária. Então, essas são algumas doenças retorno, gerando problema para o homem.

Quando falamos da água e da descontaminação, de não poluir, há o processo de reutilização da água. Alguns países já estão avançados nessa situação de reutilizar e alguns projetos existem nesse sentido.

A reutilização, o reuso da água é o processo pelo qual a água, tratada, ou não, é reutilizada para o mesmo ou outro fim. Essa reutilização pode ser direta ou indireta, decorrente de ações planejadas, ou não.

Reutilização direta não planejada da água ocorre quando a água utilizada em alguma atividade humana é descarregada no meio ambiente e é novamente utilizada a jusante em sua forma diluída, de maneira não intencional e não controlada.

Tem o outro processo que é a reutilização indireta da água que ocorre quando os efluentes, depois de tratar, são descarregados de forma planejada nos copos de água superficiais ou subterrâneas para serem utilizadas a jusante de maneira controlada no atendimento de algum uso benéfico.

Reutilização direta planejada da água ocorre quando os efluentes, depois de tratados, são encaminhados diretamente de seu ponto de descarga até o local da reutilização e não ser descarregada no meio ambiente.

Reciclagem de água é a reutilização interna da água antes de sua descarga em um sistema geral de tratamento ou outro local de disposição. Essas tendem, assim, como fonte suplementar de abastecimento do uso original. Este é um caso particular da reutilização direta planejada.

Isso é muito importante, hoje, exatamente com base naqueles dados de que 33% do consumo das residências estão nas descargas do banheiro, quer dizer, podemos utilizar para essas

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

descargas uma outra água que foi usada para lavar roupa ou qualquer outra coisa. Aí é a questão de cada um fazer a sua parte, cada um colaborar. Fazer a sua parte na luta contra o desperdício.

Por exemplo:

- Quando for lavar os pratos, feche sempre a torneira na hora de ensaboá-los. Assim, você economizará mais de 20 litros de água.

- Ao fazer a barba, deixe a torneira fechada enquanto estiver passando o creme de barbear. Isso representa uma economia de mais ou menos 10 litros de água.

- Quando escovar os dentes, deixe a torneira da pia fechada. Com isso você economizará cerca de 10 litros de água.

- No banho, feche sempre o chuveiro quando estiver se ensaboando. Assim, você economizará 10 litros de água.

Enfim, são muitas outras medidas que se podem tomar para que possamos economizar um pouco a água, e não ter problema no futuro.

A água pode não ter sido o único determinante para o surgimento da vida na Terra, mas, sem ela, certamente a vida seria alguma coisa bem diferente daquilo que conhecemos. Até por isso, a procura de alguma forma de vida fora da Terra começa pela procura de água líquida.

Tem estudos que o pessoal está buscando lá em Marte para saber se tem água, se é possível habitar o Planeta.

Esta substância, tão simples e abundante, teve papel decisivo nas características do Planeta Terra e no surgimento e evolução da vida. Entretanto, nós, que aprendemos a alterar intensamente o Planeta Terra para vivermos melhor, precisamos, agora, zelar pelo Planeta Água, para que ele continue sendo o Planeta Vida!

No último eslaide, é um documento redigido pela ONU, em 22.03.92, que é a Declaração Universal dos Direitos da Água. Então, essa preocupação já vem de longa data.

“1 - A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão, é plenamente responsável aos olhos de todos.

2 - A água é a seiva de nosso planeta. Ela é condição essencial de vida de todo vegetal, animal ou ser humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura.

3 - Os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimônia.

4 - O equilíbrio e o futuro de nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.

5 - A água não é somente herança de nossos predecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como a obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras.

6 - A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem um valor econômico: precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo.

7 - A água não deve ser desperdiçada, nem poluída, nem envenenada. De maneira geral, sua utilização deve ser feita com consciência e discernimento para que não se chegue a uma situação de esgotamento ou de deterioração da qualidade das reservas atualmente disponíveis.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

8 - A utilização da água implica em respeito à lei. Sua proteção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza. Esta questão não deve ser ignorada nem pelo homem nem pelo Estado.

9 - A gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos de sua proteção e as necessidades de ordem econômica, sanitária e social.

10 - O planejamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão de sua distribuição desigual sobre a Terra.”

Então, esta é exatamente a Declaração Universal dos Direitos da Água. É só isso (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Convido os palestrantes para recompormos a Mesa.

Quero convidar para fazer parte desta Mesa, o Sr. Hugo José Scheuer Werle, Gerente Executivo do IBAMA de Cuiabá.

Nós vamos abrir a palavra agora para os palestrantes, antes, porém, informo que, se houver interesse da platéia de interpelar o palestrante, poderão fazer isso com prévia inscrição com o pessoal do Cerimonial e terão o tempo de três minutos para interpelar.

Quero dizer que cada palestrante deverá usar de dez minutos, porque sabemos que esse assunto é bastante extenso, mas nós não podemos delongar muito senão vamos extrapolar. Nós temos que ter a consciência de que o assunto é importante e devemos ser bastante objetivos.

Com a palavra, o Sr. Hugo José Scheuer Werle.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Muito obrigado, Deputado Nataniel de Jesus, pelo honroso convite que nos fora formulado; Presidente da Defesa Civil, Dr. Domingos Iglesias, satisfação, prazer muito grande de mais uma vez estar numa Mesa de trabalho com o senhor; demais autoridades; Deputado Humberto Bosaipo; Sr<sup>a</sup> Presidente da SANECAP, minha colega da universidade; prezado plenário, público presente; Secretário de Meio Ambiente, Dr. Roberto José Stopa, satisfação vê-lo aqui.

Realmente, depois de uma palestra como esta, fica bastante difícil darmos uma contribuição maior em relação à questão da utilização da água, até porque o tema foi abordado de forma bem abrangente e precisa quanto às possibilidades e dificuldades futuras.

Eu vou me ater mais à questão no que tange aos aspectos relacionados ao órgão que nos afeta mais, quanto ao órgão que dirijo, que é o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, do qual sou Gerente para o Estado de Mato Grosso, gerenciamos aqui de Cuiabá.

Pretendo não ser muito longo, mas vou começar parabenizando o Deputado Nataniel de Jesus.

A nós dirigentes e Lideranças públicas cabem um papel importante e fundamental, na medida em que percebemos uma forma muito inadequada de uso da água, não só no Estado de Mato Grosso, mas, de uma maneira geral, no restante do Brasil. Mesmo nos Estados mais desenvolvidos, como do centro-sul, até os Estados com menos condições até de usar de forma sustentável a água, como o Nordeste, temos visto o uso muito inadequado.

É importante deixar claro que a água, como foi diversas vezes colocado aqui, é um elemento fundamental para a vida humana. Todavia, parece que nós não percebemos isso, tendo em vista a leitura de inúmeros artigos e notícias veiculados sobre a contaminação do lençol freático, quando não dos próprios rios e córregos com materiais que poluem ou contaminam de foram impressionante. Cabe aqui citar o exemplo de uma reportagem, uma matéria publicada a questão de dois anos, sobre um município do Rio Grande do Sul, se não me engano chama Santo Cristo, em

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

que, pelo uso intensivo dos recursos hídricos e pela forma como foi sendo esgotado, o lençol freático encontra-se contaminado em função da atividade econômica que eles desenvolvem, que é a criação de suínos.

Nenhum poço tipo cacimba deixa de estar contaminado. E toda população, seja da área rural ou urbana, de uma ou de outra maneira, está diretamente afeta a algum tipo de contaminação, a algum tipo de doença derivada da contaminação do lençol em função da distribuição dos dejetos resultantes da criação dos suínos. Esse é um exemplo muito forte à medida que aquela população depende da atividade econômica de criação de suínos, por um lado, e, por outro lado, aproveita os dejetos oriundos daquilo para fazer a adubação orgânica, que, por um lado, acaba diminuindo os custos da sua atividade econômica, mas, por outro lado, acaba gerando conseqüências na área de saúde.

Bom, nós, do Estado de Mato Grosso, nos preocupamos muito com a questão da água, principalmente no que tange a sua preservação ou a possibilidade de um escoamento mais lento para os rios e córregos decorrente da manutenção da vegetação original, seja ela mata ciliar, seja ela mata de galeria, seja ela uma floresta propriamente dita ou um cerrado.

Nesse sentido, o que nós temos percebido é que os proprietários rurais e os proprietários da área urbana não têm sabido respeitar a própria Legislação existente, Deputado. E aí, talvez Vossa Excelência e nós, enquanto dirigentes, tenhamos um papel fundamental no sentido da reafirmação para a população da necessidade de manutenção das vegetações conforme prescreve, conforme preconiza a lei para as vegetações originais.

Eu não sei se todos os Senhores têm presentes, mas o Estado de Mato Grosso tem dois tipos de fisionomia claramente definidos, que são a floresta e o cerrado. Nós temos, enquanto Legislação, derivada da Medida Provisória nº 2.166/01, a necessidade de manutenção de 35% do cerrado e toda propriedade que tem o cerrado como vegetação básica tem a necessidade de manutenção, de preservação, de 35% da vegetação original e, na área de florestas, a manutenção de 80% da vegetação original. Quanto à floresta, pode até ser meio drástico, pode ser muito, mas, enfim, é o que preconiza a legislação.

E em razão disso, o que nós temos percebido é um desrespeito a essa área de reserva legal assim chamada. Ao mesmo tempo, nós temos uma necessidade, conforme a legislação, da preservação, da manutenção da vegetação ao longo dos rios e córregos em pelo menos trinta metros, seja na área urbana, seja na área rural, dos córregos de pequeno porte, podendo chegar até a quinhentos metros os rios de maior porte.

E eu pergunto aos senhores: nós estamos conseguindo fazer isso? Nós estamos conseguindo manter isso?

Então, toda essa discussão que nos foi apresentada, de forma muito brilhante, na apresentação anterior, cai por terra, porque nós fazemos uma discussão sobre reutilização, utilização mais adequada, utilização mais conseqüente. Todavia se nós, enquanto autoridades, não estamos conseguindo fazer com que respeitem a legislação da manutenção da vegetação, conforme prescreve a lei, nós estamos em grandes dificuldades.

Vejam os senhores que nós temos alguns municípios, no Estado de Mato Grosso, que possuem apenas e tão somente 15% da sua vegetação original. Nós temos diversos córregos e rios aqui de Cuiabá e Várzea Grande em que não temos nenhuma vegetação ao longo do seu escoamento. E isso é muito grave, porque qual é o sentido disso, nesse contexto que nós discutimos aqui?

Os ilustres engenheiros e colegas que me ladeiam e os senhores que são de formação na área de Agronomia, de Engenharia Florestal ou de Engenharia Civil, sabem muito bem

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

que existe um período, um tempo entre a precipitação e o escoamento dos rios que acaba sendo diminuído sensivelmente, quando nós não temos essa vegetação para interromper, para diminuir a velocidade de escoamento das águas. Mais do que isso, não só interromper ou diminuir, como também permitir a possibilidade de uma percolação, de uma infiltração para o lençol subterrâneo. Razão pela qual nós tivemos, há uns quatro ou cinco anos uma catástrofe, um desastre aqui, porque não havia nada que impedisse a água de chegar com grande celeridade, com grande velocidade aos córregos e aos dutos d'água das bacias hidrográficas que haviam sido alimentadas com uma chuva muito forte.

Na área rural, temos situações muito semelhantes. Na Bacia do Taquari, do Itiquira, nas Bacias da região oeste do Estado, da região de Mirassol d'Oeste, de São José dos Quatro Marcos, de Lambari D'Oeste, onde temos o maior desflorestamento do Estado, a cobertura vegetal é tão tênue e em tão pequeno percentual que toda e qualquer água que precipita não encontra praticamente nenhum impeditivo para escoar diretamente aos rios. Isso tem uma dupla consequência. Primeiro, a água não se mantém; e, segundo, ela carrega os materiais que acabam assoreando os próprios rios, elevando o canal principal e com isso gerando um ciclo de escoamento rápido das águas daquelas bacias hidrográficas.

O meu papel de chegar a esse ponto, de fazer esse alerta é no sentido de que nós saldemos, em nível de gestores de órgãos públicos, sejam federais, estaduais ou municipais, ou mesmo de legisladores, Deputado Nataniel de Jesus e Parlamentares aqui presentes. Que façamos um esforço muito forte no sentido de que saibamos, não só construir uma legislação, mas também aplicá-la.

Quando falo em construir uma legislação adequada, eu também refiro-me ao zoneamento socioeconômico-ecológico que tramita no momento nesta Casa.

É uma possibilidade ímpar esta Casa dar uma contribuição para que um estudo desenvolvido por longos anos possa efetivamente ser utilizado pela sociedade mato-grossense para um desenvolvimento não só sustentado e sustentável economicamente, como também ambiental e socialmente. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Quero registrar e agradecer também a presença do Sr. Adilson Valéria, Diretor da Fundação das Indústrias de Mato Grosso, do Sr. Mário Lúcio, Vereador de Cuiabá, do Partido Verde. Obrigado pelas presenças dos senhores.

Convido para fazer uso da palavra, o Dr. Rubens Mauro de Palma Moura, engenheiro civil e Chefe do Departamento de Engenharia Sanitária Ambiental, que dispõe de dez minutos.

O SR. RUBENS MAURO DE PALMA MOURA - Deputado, a palestra é do Departamento de Engenharia Sanitária Ambiental, e nós a dividimos em três segmentos.

Na primeira parte, falará o professor Paulo Gomes; depois, falará a Neli; e, depois, falarei eu.

O SR. PAULO CÉZAR BODSTEIN GOMES - Gostaria de passar rapidamente algumas mensagens.

Queria, em primeiro lugar, agradecer ao nobre Deputado por este convite feito à instituição Universidade Federal de Mato Grosso.

Em retorno a minha cidade, ao meu Estado... Passei vinte anos na Universidade Federal de São Carlos, onde coordenei um trabalho de comitês de bacias. Depois, montamos o primeiro consórcio do Piracicaba. Logo, em seguida, montamos o comitê da Bacia do Piracicaba e o Comitê do Mogi Guaçu, onde eu fiz o relatório de situação e depois eu fiz também o trabalho, principalmente sobre o Plano Diretor do Mogi Guaçu.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Com muita honra, quero parabenizar aqui o professor Rubens Mauro por trazer para a minha terra, para a minha cidade esse trabalho, e o nobre Prefeito de Sapezal por trabalharmos no 1º Plano Diretor Internacional de Bacias Hidrográficas, que é do Guaporé: Mato Grosso, Rondônia e Bolívia. Estamos trabalhando neste projeto que acredito que será o 1º Comitê Internacional de Bacias Hidrográficas no Brasil.

(O ORADOR FAZ USO DE *DATA-SHOW*.)

O SR. PAULO CÉZAR BODSTEIN GOMES - Hoje eu sou servidor da Universidade Federal de Mato Grosso, onde trabalhei também durante quinze anos. Hoje faz trinta anos o meu primeiro artigo contra mercúrio no garimpo de Mato Grosso. Hoje estou completando trinta anos de trabalho de meio ambiente no Brasil.

Temos todos os grupos do comitê, onde tudo começou.

Deus criou o homem. Então, Deus abençoou e lhe disse: “Sede fecundo, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, e sobre todo animal que rasteja pela terra”.

Na Bíblia está o começo do planejamento que nós falamos de recursos hídricos. E se nós atentarmos para isso, nós vamos ver que o homem é responsável por tudo que existe no mundo. Nós já falamos que de 1,5 bilhões de quilômetros quadrados, 97,5% é água salgada; 2,5%, doce; quase tudo nos pólos; sobra útil 0,7% no subsolo; e apenas 0,007% em rios e lagos. Como vemos, a água é um problema, apesar de muito abundante na nossa superfície no mundo.

Então, nós podemos verificar que os fluxos dos rios são imensos e que o fluxo do Amazonas é 209.000 m<sup>3</sup>/s, 15% do fluxo do rio do mundo está dentro do Amazonas. E como Mato Grosso detém mais de 50% e está dentro da Amazônia, nós podemos dizer que a importância de Mato Grosso é fundamental para defesa dos nossos rios.

Nós verificamos também que existem no mundo regiões muito críticas, como nós estamos vendo lá. E o Nordeste é uma dessas regiões, com 3,8m<sup>3</sup>/dia/pessoa. Como nós sabemos, a ONU e algumas organizações internacionais dizem que 3m<sup>3</sup>/dia/pessoa é um estado crítico e o Nordeste está bem próximo desse estado crítico no mundo.

Nós podemos ver aí uma rápida tabela dos problemas no mundo e nós verificamos que em alguns lugares, por exemplo, há abundância de água. Na América do Sul, onde nós estamos, nós verificamos uma quantidade imensa de disponibilidade, chegando a 108m<sup>3</sup>/dia/pessoa; em outros lugares, nós chegamos a 13m<sup>3</sup>/dia/pessoa. Então, verificamos que é realmente, como foi falado no início, bastante preocupante essa distribuição irregular da água no mundo.

Nós verificamos que as bacias hidrográficas brasileiras, como nós estamos vendo aí, mostrando que a vazão específica e a precipitação são também bastante variadas, enquanto no Amazonas nós temos 2.220mm anual de precipitação, nós vamos verificar que no São Francisco nós temos 916mm anual de precipitação.

Então, vejam, a precipitação junto com a vazão específica são pontos fundamentais de todas as nossas bacias, principais onze bacias hidrográficas no Brasil, para se medir realmente o que nós devemos fazer em termo de gerenciamento ambiental.

E nós verificamos que a partir da Lei nº 9.433/97, o abastecimento humano deve ter a mais alta prioridade entre os usos competitivos. Infelizmente não é isso que está acontecendo no mundo. Nós sabemos que, por exemplo, a irrigação detém mais ou menos, no mundo, em torno de 60%, a 70% da água que consome. Em alguns lugares já há problema de racionamento. Na própria São Paulo há racionamento devido a esse consumo irregular e quem paga justamente é o mais pobre. Nós verificamos também que a bacia hidrografia é unidade geográfica para planejamento e gestão de recursos hídricos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Então, a partir da implantação da gestão no Brasil, em 97, é a bacia hidrográfica que deve contar em todos os Estados do Brasil. E nós vamos respeitar os limites. Nós vemos aqui, por exemplo, o rio Guaporé. Ele está também não só em Mato Grosso, mas a sua água corre também em Rondônia e também na Bolívia. Nós podemos dizer ainda que este é o rio Guaporé internacional.

Juruena também está em dois Estados e outras bacias que nós temos em Mato Grosso, nós podemos dizer que as grandes bacias de Mato Grosso todas elas são federais, podemos dizer que as maiores bacias... Então, nós não podemos nos preocupar apenas em fazer comitês de bacias, como vamos falar daqui a pouco, bacias estaduais. Nós temos que estar preocupados, neste instante, com o Comitê Federal no Estado de Mato Grosso. Nós podemos dizer que a decisão deve ser tomada com a participação dos interessados, o mais perto possível de não ocorrer esse problema de descentralização. Então, é no Comitê que você vai decidir o que gastar de água e também quem vai ser o principal gerenciador daquela bacia, que é a sociedade civil, que é o Estado, que é o município, todos os três devem comandar a bacia, nunca deveremos de deixar para apenas um órgão tomar conta das bacias hidrográficas dentro do Estado. O Estado é muito bom para gerenciar, mas quem deve tomar conta é o Estado, o município e, principalmente, a sociedade civil que deve cobrar das autoridades o seu posicionamento.

Nós verificamos que a agência de bacia é outra coisa importante. Cada comitê cria sua própria agência ou escolhe o seu. A agência de bacia é que vai dividir os recursos. Nós verificamos que em alguns lugares... Mato Grosso já tem problemas sérios, principalmente de pequenas hidrelétricas. Temos certas regiões que têm quinze, dezessete hidrelétricas e que ainda não foram formados os Comitês de Bacias Hidrográficas, então, há uma necessidade que essas bacias, esses comitês sejam formados.

Já temos a divisão muito bem organizada pelo Estado, a qual vem seguindo e agora nós precisamos imediatamente fazer tomadas concretas para formação desses Comitês de Bacia.

Nós verificamos que o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos envolve as agências de bacias, tem um braço direito do Comitê e nós verificamos que a outorga deve ser feita. A outorga é o ato administrativo da autorização que estabelece as vazões sazonais de captação de consumo e de distribuição que são atribuídas à outorgada.

Quero dizer que recentemente estava olhando o Zoneamento Agrícola-ecológico do Estado de Mato Grosso. Parece que não podemos ter mais que vinte por cento da vazão de cento e dez, vazão mínima de cada bacia hidrográfica. Essa é uma boa atitude que o Estado está tendo. É uma boa tomada de posição e acredito que se esse Zoneamento Agrícola for tomado a pé da letra, nós estaremos começando a trabalhar realmente com planejamento no Estado de Mato Grosso para que não ocorram problemas futuros da gestão da água.

Nós verificamos, já falamos sobre esse problema da Agenda 21. Nós vamos falar que essa Agenda 21 tem e deve ser implantada nas escolas. Porque não adianta tomar todo um posicionamento se essa Agenda 21 não sair do papel, sair de Brasília e estar junto com a comunidade e principalmente com os nossos estudantes. Nós mostramos que a água é um direito das futuras gerações. Nós já falamos sobre o princípio universal do direito, que é o exemplo, dessa preocupação que consolida a preocupação de todos os princípios básicos. Nós mostramos que esses cinco direitos hoje têm que ser de uma maneira mais consolidada e mais firme. A água no Brasil, nós mostramos toda a evapotranspiração, mostramos a área de drenagem, a precipitação média, a vazão média. Nós podemos dizer, desse quadrinho que vocês estão vendo aí, que o Paraná é aquele que vai decidir alguma coisa relativa a bacias hidrográficas do Araguaia, bacias hidrográficas do

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Pantanal, bacias hidrográficas do Amazonas e, principalmente, tudo aquilo que envolve o gerenciamento de bacias hidrográficas.

Nós estamos mostrando as estações hidrográficas, por bacia hidrográfica no Brasil. E aqui nós mostramos uma coisa muito importante. No Paraná, onde nós estamos, vejam bem aqui, no Amazonas, depois Atlântico Norte e verificamos aqui, na nossa região Centro-Oeste, no Paraná, mostramos que tanto no Amazonas como no Paraná há uma diferença muito grande. Nós mostramos que temos 56% da nossa água dentro do Amazonas.

(O SR. DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 15:34 HORAS.)

O SR. PAULO CÉSAR BODSTEIN GOMES - E nós, mais uma vez, temos que ressaltar que temos um número muito pequeno de estações hidrográficas dentro das nossas bacias hidrográficas no Estado de Mato Grosso e, principalmente, nos oito Estados da Amazônia Legal. Isso é preocupante, porque não podemos tomar medida nenhuma de gerenciamento muito sério se não tivermos, no mínimo, o dobro ou o triplo de estações de tratamento para que possamos fazer uma análise mais concreta.

Nós mostramos, ainda, que a reserva de água subterrânea no Brasil é muito grande; mostramos que o Amazonas tem um grande volume estocado de água subterrânea, principalmente em alguns aquíferos de domínios importantes. Entre eles, nós podemos citar a bacia sedimentada, o Amazonas. Podemos dizer que, ainda, Mato Grosso está dentro de uma pequena parte da bacia sedimentar do Paraná, no Brasil. E aqui foi falado também sobre o aquífero Guarani, Botucatu Pirambóia, que é muito importante para Mato Grosso, para São Paulo e para várias regiões do Brasil, que já está totalmente contaminado.

Eu fiz uma palestra recentemente na Câmara dos Deputados, onde falei da contaminação dos aquíferos em Brasília. Foi em novembro do ano passado, onde tivemos um debate sobre a contaminação dos aquíferos, onde tivemos a presença do vereador Aldir Shneider. Nós tivemos uma grande discussão em Brasília, com os Deputados Federais, sobre a contaminação.

E aqui nós voltamos a esse debate, que devemos levar em consideração e reconhecer que o aquífero tem que ser preservado de todas as maneiras. Temos cidades no Brasil, por exemplo, como Guairá - alguém que está aqui é de Guaíba ou de Guairá? - onde 60% da população tem problema de câncer proveniente de algum poluente com defensivos agrícolas, como chama o pessoal, ou agrotóxico. Isso é preocupante.

Temos cidade no Brasil onde a população já sofre problema de câncer devido a defensivos agrícolas.

Isso já está estampado em todos os jornais, mostramos a discrepância rápida dos recursos hídricos, a distribuição irregular, e mostramos que na nossa região, principalmente aqui no Centro-Oeste, nós detemos 16% de toda essa água.

Eu quero dizer que muitas vezes estamos também no Norte. Quando fizeram a Agência Nacional da Água - são dados oficiais do Governo Federal... Quando fazem esses dados, muitas vezes, colocam Mato Grosso como Centro-Oeste. Mato Grosso não é somente Centro-Oeste. Mato Grosso tem grande parte dos nossos recursos hídricos dentro da Amazônia.

Nós mostramos ainda que essa distribuição - já foi falado sobre a população - onde essa parte de distribuição irregular mostra, mais uma vez, em relação a parte superficial e, principalmente, em termos de população.

O Sudeste, que tem a maior quantidade de população, detém apenas 6% de todo recurso do Brasil.

O Tietê já está em nível de receber água do Amazonas, porque não há mais possibilidade da transposição do Piracicaba para o Tietê.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Então, se nós não tomarmos cuidado, dentro de quatro anos, todas as bacias principais e os grandes centros, hoje, estarão recebendo água principalmente do Amazonas e do Centro-Oeste. Então aí o nosso cuidado dobra de figura.

Nós mostramos que o uso da água é hoje industrial, irrigação e uso doméstico. Verificamos que a irrigação continua sendo, apesar de apenas 6% de toda agricultura... Veja bem, quanto da Espanha? 96% de toda agricultura é feita através da irrigação. No Brasil, apenas 6%. E esses 6% ainda consomem 59%.

Como não há uma educação ambiental para a irrigação no Brasil, o trabalho que nós fizemos há cinco anos atrás, que saiu na TV Globo com quatro edições, sobre como utilizar racionalmente toda irrigação - nós temos todo esse projeto agora na UFMT - ela ajudou um pouco o Nordeste ser hoje transportador de frutas. Mas precisamos melhorar principalmente a nossa tecnologia que está muito a dever em bacias críticas.

Nós temos bacias críticas dentro do próprio Estado de Mato Grosso usando pivô central, como verificamos ali.

Quero aqui deixar a avaliação do balanço hídrico e a parte de urbanização, com uma coisa muito importante. E os escoamentos subterrâneos e principalmente o escoamento superficial têm que ser um caso para os Deputados tomarem consciência de que não se pode fazer asfalto em todos os lugares. Tem que deixar espaço para que essa água faça a sua infiltração, que essa água vá ao fundo e que consiga o seu leito normal. Então, precisamos ter uma nova forma de não impermeabilizar mais o solo do que já está impermeabilizado.

Encerrando, eu poderia falar hoje muito tempo, mas sei que meu tempo encontra-se esgotado, e quero dizer do serviço de cobertura do atendimento de água, que ainda não temos uniformização no Brasil.

Nós chegamos, principalmente aqui no Centro-Oeste, a 79,7%, quer dizer que muitos e muitos bairros ainda não recebem água tratada.

Nem o direito universal do pobre, receber água, está sendo cumprido integralmente no Centro-Oeste.

A cobertura de serviços de esgoto ainda é pior. Nós temos 33,3% de toda a nossa poluição chegando aos nossos rios - de 100% que entra, 33% chegam aos nossos rios.

Eu poderia falar sobre isso, essa é uma palestra para duas horas e meia, mas quero deixar somente, em 10 minutos, uma observação, que este encontro seja realmente o propulsor de novas medidas concretas para que o gerenciamento de recursos hídricos e os comitês de bacias sejam feitos para que a comunidade comece a cobrar, de verdade, dos nossos industriais, dos nossos dirigentes, uma nova postura de gestão das águas.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. RUBEM MAURO DE PALMA MOURA - Dando continuidade, depois de mostrar essa parte de gerenciamento de recursos hídricos, achamos importante mostrar para os senhores um trabalho que é realizado pelo Departamento de Engenharia Sanitária Ambiental, o Sistema SIBAC, que é o Sistema de Monitoramento da Bacia do Rio Cuiabá.

E nós vamos, através da nossa engenheira Neli, que trabalha neste projeto, mostrar e enfatizar a questão urbana. O que é que está acontecendo no rio Cuiabá, dentro do perímetro urbano? Queremos enfatizar isso, para mostrar a necessidade urgente de tomarmos uma posição em relação à melhoria da qualidade da água, no caso do rio Cuiabá.

A SRª NELI ASSUNÇÃO SILVA - Boa-tarde a todos.

Meu nome é Neli. Eu faço especialização em saneamento ambiental. Sou bolsista de Engenharia Sanitária.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Esse estudo, na verdade, foi feito na Bacia do Rio Cuiabá. Estudo integrado para Gestão Urbana da Bacia do Rio Cuiabá - GESBAC, é o nome do projeto.

A gestão de bacias urbanas tornou-se complexa, pois envolve toda rede de infraestrutura deficitária existente atualmente no País e que se traduz em reduzidos percentuais de cobertura de sistema de esgoto e estações de tratamento inoperantes e com o baixo desempenho operacional, bem como na disposição inadequada dos resíduos sólidos em decorrência do efeito acumulativo, gerado pelo crescimento populacional em geral desordenado dos centros urbanos.

A Baixada Cuiabana sofreu nas décadas de 70 e 80 um crescimento bastante acelerado. Apresenta um declínio populacional, a partir da década de 90. Porém, seus municípios não se estruturaram para acompanhar esse intenso processo de urbanização, que se caracterizou por uma ocupação desordenada e heterogênea, principalmente nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos, como a cidade de Cuiabá e Várzea Grande. E a ocupação, eminentemente, urbana desses municípios resultou no incremento da demanda dos diversos usos da água, da bacia e das sub-bacias e, conseqüentemente, no aumento das cargas orgânicas de nutrientes e coliformes gerados pelos esgotos domésticos, provocando uma situação de deteriorização da qualidade da água da bacia com múltiplas implicações sociais, ambientais, econômicas e, sobretudo, na saúde da população.

Objetivo geral:

Avaliar os impactos resultantes do processo de ocupação sobre a quantidade e a qualidade da água e nas comunidades biológicas do rio Cuiabá.

Metas:

Caracterização das variáveis hidrológicas, físico-químicas e biológicas das águas nas sub-bacias e dos rios Cuiabá e Coxipó;

Identificação e caracterização das fontes intervenientes no processo de degradação das sub-bacias (urbanização, lançamento de esgotos, etc e também as pisciculturas).

Área de estudo:

Aqui essa figura está mostrando as sub-bacias

A bacia do rio Cuiabá é subdividida ainda em 5 sub-bacias: sub-bacias do Alto Cuiabá, do Baixo Cuiabá, Coxipó, Manso e Médio Cuiabá.

Áreas urbanas:

De acordo com o IBGE, os municípios de Cuiabá e Várzea Grande representam 35% da população total do Estado com as áreas de maior adensamento populacional, ou seja, temos 211,28hab/km<sup>2</sup> e 121hab/km<sup>2</sup>, respectivamente, nessa região de Cuiabá e Várzea Grande.

As sub-bacias do rio Cuiabá, localizadas no perímetro urbano destas cidades, foram as que mais refletiram os efeitos da urbanização rápida e descontrolada, ocorrida principalmente a partir da década de 70.

Abastecimento de água:

A cobertura do sistema de abastecimento dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande atende a uma população de 687 mil habitantes, que representa um atendimento médio superior a 90% da população urbana. Nós veremos mais na frente essa série histórica.

O suprimento público da cidade de Cuiabá é efetuado através de mananciais superficiais localizados nos rios Cuiabá e Coxipó, além dos mananciais subterrâneos, sendo que 60% do abastecimento de água é proveniente do sistema Ribeirão do Lipa no rio Cuiabá; 30% são provenientes do sistema Tijucal, localizado no rio Coxipó; e através de 87 poços artesianos distribuídos em vários bairros, compreendidos os 10% restantes.

Aqui nós temos uma série histórica de quatorze anos que mostra a cobertura da água. Nós temos o abastecimento humano aqui.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Em 1990, nós atendíamos 93%; hoje, atendemos 98%.

Aqui é o esgotamento sanitário. Vejam que houve uma melhoria. Depois um declínio. Esse declínio houve pelo crescimento populacional nessas áreas urbanas e, com isso, como não houve uma melhoria na infra-estrutura, piorou o sistema.

Alguns indicadores obtidos junto à companhia de saneamento da Capital evidenciam essas deficiências, tais como: baixo índice de hidrometração, apenas 56%; redes antigas subdimensionadas, provocando constantes rupturas; sistemas de reservação deficiente; falta de válvulas de controle de redução de pressão e de dispositivos de macro medição.

Esses fatores acarretam perdas físicas na faixa de 55 a 60%. Somam-se a essa situação o elevado índice de inadimplência verificado principalmente nos bolsões periféricos da cidade, onde a clandestinidade (gambiarras) nas mais diferentes modalidades encontram-se bastante difundidas nos domicílios.

Sistema de tratamento de esgoto de Cuiabá:

O sistema de tratamento de esgoto de Cuiabá, é operado por sistema convencional tratado e não tratado, sistema isolado convencional tratado e não tratado, e condominial não tratado.

Serve atualmente a 189 mil habitantes com coleta e, desses, 50 mil com coleta e tratamento.

Nos bairros onde não há sistemas de coleta, utiliza-se as fossas sépticas e sumidouros ou a alternativa de despejo *in natura* nos córregos. Em ruas pavimentadas, os esgotos são ligados ao sistema de drenagem pluvial e conseqüentemente aos cursos d'água.

A diluição de esgoto doméstico representa cerca de 80% de toda a carga orgânica lançada na bacia, onde, cerca de 41 kg/DBO, 9.232 kg/N (nitrogênio), são os nutrientes, fósforos são lançados por dia em toda a bacia, sendo as cidades de Cuiabá e Várzea Grande as responsáveis por 94% de toda a poluição orgânica de origem doméstica que chega, direta ou indiretamente, ao rio Cuiabá.

Resíduos sólidos:

Cuiabá produz cerca de 370 toneladas/dia de resíduos sólidos e o serviço de coleta dos domicílios apresentam um índice de 92%, de cobertura.

Águas pluviais:

A ausência de um sistema adequado de drenagem urbana tem propiciado condições favoráveis à proliferação de vetores transmissores de doenças em meio urbano.

Aqui nós temos sub-bacias urbanas, temos o rio Cuiabá, em Várzea Grande e Cuiabá. Aqui nós temos os córregos, o rio Coxipó, onde foram feitas as coletas, as amostras. Aqui está a nossa área de estudo.

Caracterização das sub-bacias urbanas:

As sub-bacias dos córregos Mané Pinto, Prainha, Gambá e Barbado, consideradas as mais importantes do perímetro urbano, apresentam uma população abastecida de aproximadamente 257.333 três habitantes, o que apresenta aproximadamente cinquenta por cento da população total abastecida na Grande Cuiabá.

A sub-bacia do Coxipó, com a maior área de drenagem corresponde a 27% do total das economias de água. Aqui nós temos o uso e ocupação do solo. Essa figura aqui é muito interessante pelo seguinte: essa que está aparecendo bem de vermelho apresenta urbanização alta. Vejamos bem as sub-bacias. Sub-bacia do córrego Mané Pinto. O córrego Mané Pinto está localizado no setor oeste da Capital e tem suas nascentes localizadas nas proximidades da Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, no Bairro Goiabeiras, em Cuiabá. Possui uma área de drenagem de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

quatrocentos e dezoito hectares e percorre um percurso de aproximadamente três quilômetros até desaguar no rio Cuiabá.

A população abastecida por essa sub-bacia é de aproximadamente 54 mil habitantes, com uma densidade populacional de 128 habitantes por hectare. Essa sub-bacia apresentou uma verticalização nos últimos dez anos, ou seja, os prédios. A sub-bacia conta com 15.333 de esgoto, o que representa aproximadamente 26, 28% do total da economia de água da sub-bacia.

Sub-bacia do córrego da Prainha. A nascente desse córrego está situada nas proximidades do terminal rodoviária de Cuiabá, fazendo um percurso de três quilômetros até sua foz no rio Cuiabá. E essa sub-bacia é composta por sete bairros. Em torno de sua área de 448 hectares, o córrego está sendo utilizado como receptor/diluidor das cargas orgânicas geradas em sua área de drenagem.

Observa-se que há um pequeno número de rede coletora de esgoto. Neste caso, grande parte das águas residuais produzidas são conduzidas diretamente ao leito do córrego via galerias de águas pluviais, água de chuva. A população abastecida estimada em torno de 44 mil habitantes, sendo que deste apenas 3.298 dispõem de ligação de esgoto. Este total representa 7,4% da população abastecida. Nós vamos ver que a sub-bacia da Prainha é uma das mais deterioradas.

Sub-bacia do córrego do Gambá. As suas nascentes estão localizadas no Bairro Areão, próximo ao Ginásio do Bairro Lixeira, e faz um percurso de 2km até a sua foz com o rio Cuiabá. São componentes cinco bairros, abrangendo uma área de 445 hectares, com uma densidade populacional de 74 habitantes por hectare.

Segundo dados da SANECAP, essa sub-bacia apresenta uma população abastecida de 33 mil habitantes e aquelas providas de esgoto sanitário em torno de 21.588 habitantes.

Os dados mostram também que essa sub-bacia apresenta o segundo maior percentual de habitantes providos com rede de esgoto, em torno de 65,5% em relação à população total abastecida. E esse esgoto canalizado é conduzido através da estação elevatória para a ETE de Dom Aquino.

Córrego do Barbado - sub-bacia: o córrego do Barbado é uma das maiores sub-bacias afluentes do rio Cuiabá na área metropolitana, tanto com volume de água e extensão, como contingente populacional, perdendo apenas para a sub-bacia do rio Coxipó. Ela tem um percurso de 7km até a sua foz, no rio Cuiabá, e uma área em torno de 1.546 hectares e uma densidade populacional de 81,6 habitantes por hectare, sendo a maior em relação às demais sub-bacias urbanas. Sua população é de 126.240 habitantes. Com o abastecimento de água dessa população abastecida 71,6% dispõem de rede de esgoto, porém apenas 30% desse esgoto são recalcados pela estação elevatória do Barbado e conduzida até a ETE Dom Aquino.

Sub-bacia do rio Coxipó. A sub-bacia do rio Coxipó é uma das mais importantes no contexto da bacia do rio Cuiabá e apresenta relevante importância para o ecoturismo e para o abastecimento de água para as populações integrantes de sua área de drenagem, como, por exemplo, a ETA do Tijucal, cuja captação contribui, aproximadamente, com 30% do total da água abastecida na Grande Cuiabá.

Apresenta um desnível relevante entre a nascente do rio e seus tributários até a sua foz com o rio Cuiabá, o que torna a bacia uma área bastante receptível a ações de processos erosivos. E sua população abastecida atualmente é de 140.657 mil habitantes. No entanto, apenas 27,8% dispõem de rede de esgoto e apenas 21% da população possuem o seu esgoto conduzido até uma estação de tratamento. Vale salientar que dos 30% do sistema existente na cidade treze encontram-se nessa sub-bacia.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Resultados obtidos na meta do projeto sub-bacias urbanas: as sub-bacias dos córregos Mané Pinto, Prainha, Gambá e Barbado, considerada a mais importante em adensamento populacional do perímetro urbano. A população abastecida é aproximadamente 257.333 habitantes, o que representa, aproximadamente, 50% da população total abastecida na Grande Cuiabá.

E a sua sub-bacia e a sub-bacia do Coxipó, com a maior área de drenagem, correspondem a 27% do total das economias de água.

Aqui, nós temos uma tabela que expressa isso tudo que já foi dito, que é a caracterização das principais sub-bacias urbanas e os valores das cargas orgânicas estimadas.

Vejam bem aqui que a carga orgânica remanescente no córrego da Prainha está em 75,2% a carga orgânica remanescente de percentual, onde nós temos um dos menores números populacionais de população abastecida, porém é uma das que mais contribui em termo de carga orgânica para o rio Cuiabá.

Sub-bacia do córrego Mané Pinto. O setor oeste da Capital está, atualmente, constituído por vinte e um bairros e onze deles estão localizados na área de drenagem dessa sub-bacia. As cargas orgânicas remanescentes, detectadas no córrego, do mesmo período, estão em torno de 951,8 quilos de DBO por dia, o que representa 32,8% do total das cargas orgânicas potenciais estimadas, gerada pela população abastecida, e a sub-bacia do córrego da Prainha.

Elevadas concentrações de DBO, de carga orgânica e OD, obtidas durante o período da pesquisa, as suas concentrações médias foram significativamente mais elevada em relação às sub-bacias.

Quanto ao oxigênio absolvido, os dados mostram que na maior parte do tempo prevalecia as condições anaeróbias nessa sub-bacia. Essa sub-bacia apresentou também as concentrações mais elevadas de coliforme, que são os bioindicadores da poluição e contaminação bacteriana. Por outro lado, os dados da série de 14 anos, indica que a carga orgânica média remanescente, detectada no córrego, representou 75,2% da carga orgânica, potencial estimado, produzido pela população abastecida.

Esta alta concentração de carga remanescente pode ser justificada pelas próprias características da sub-bacia e pela pequena quantidade de rede coletora de esgoto e de estação elevatória que destinassem as mesmas para o sistema de tratamento.

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Dr<sup>a</sup> Neli, a senhora dispõe de dois minutos para concluir a sua explanação.

A SR<sup>a</sup> NELI ASSUNÇÃO SILVA - Sub-bacia do rio Coxipó. Essa figura mostra o quê? A contaminação bacteriana que, no período de seca e chuva, nós podemos observar bem aqui, sempre permaneceram acima dos limites máximos estabelecidos pela legislação.

Aqui mostra o que acabamos de falar em termos de DBO, a produção pelas sub-bacias no período de seca e cheia nos anos de 2003 e 2004.

Essa característica do córrego do Barbado está sempre anóxica, porém vale salientar que eu tive um problema na hora de fazer o gráfico.

As pisciculturas como fator interveniente na qualidade da água. Nós vimos, fizemos um mapeamento dessas pisciculturas, que só na Baixada Cuiabana cerca de 360 pisciculturas, entre Cuiabá e Várzea Grande, então, queríamos conhecer as características dessa água, do efluente gerado pelas pisciculturas e também queríamos saber a localização dessas pisciculturas.

Vejam bem essa figura. Aqui vale salientar que não estão colocadas todas as pisciculturas, devido a suas coordenadas. Então, vejamos bem as pisciculturas que estão, a grande

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

maioria, em área de preservação permanente, o que é proibido pelo Código Ambiental do Estado de Mato Grosso.

Aqui está a concentração das pisciculturas, que são grandes consumidoras de água e lançam seu efluente no rio Cuiabá ou nos córregos.

Nós fizemos um estudo também das pisciculturas, analisando a qualidade da água, e vimos a importância de se fazer uma avaliação dessa água, fazer o monitoramento dessas pisciculturas em relação às variáveis físico-químicas.

Conclusão, as sub-bacias com rede coletora e tratamento apresentaram menores concentrações de DBO e DQO nas águas de seus córregos e as sub-bacias do córrego Gambá e Barbado apresentam cargas orgânicas remanescentes relativamente mais baixas em relação àquelas desprovidas desse tipo de estrutura básica.

No entanto, verificou-se que a parcela da população provida com rede de esgoto foi muito pequena na maioria das sub-bacias urbanas em relação à população abastecida.

E a sub-bacia com maior percentual de rede coletora de esgoto em relação a abastecimento foram as dos córregos Barbado e Gambá, com aproximadamente 72% e 66%.

Porém, vale ressaltar que a parcela tratada na sub-bacia do Barbado é de apenas 30%.

Outro aspecto a considerar, refere-se a muitos bairros dessas sub-bacias, que embora dispusessem de rede coletora e tratamento, parte de sua população ainda mantém as ligações nas galerias de águas pluviais.

As sub-bacias do córrego Mané Pinto e da Prainha apresentaram concentração muito elevada de carga orgânica em suas águas, além da alta concentração de cargas orgânicas de nutrientes. Os resultados obtidos nessa pesquisa indicaram que os córregos permaneciam a maior parte do tempo em condições anaeróbicas.

Quanto aos índices de coliformes, foi verificado que todas sub-bacias estudadas apresentaram elevado grau de contaminação bacteriana por esgoto doméstico, representando grande risco potencial à saúde das populações residentes em suas áreas de drenagem. Deve-se também considerar ainda que essas cargas orgânicas, potencialmente poluidoras, em tratamento, e perigosos, são canalizados pelos córregos do perímetro urbano para o rio Cuiabá, a principal fonte de captação de águas para abastecimento da população de Cuiabá e Várzea Grande. Além de representar uma das importantes bacias hidrográficas afluente ao Complexo Pantanal.

Quanto às pisciculturas.

Essa atividade tem sido concentrada nos Municípios de Cuiabá e Várzea Grande, predominância do sistema de pequeno porte em relação ao do médio e grande porte, altas concentrações de nutrientes, nitrogênio e fósforo, concentração elevada de nutriente pode levar a processo de eutrofização em corpos d'água receptores, particularmente naqueles em que a capacidade de diluição é pequena, instalação dos empreendimentos que na maioria das vezes estão em área de preservação permanente. Desmatamento e alteração da cobertura vegetal em área de preservação permanente, os barramentos podem provocar grandes modificações na velocidade, profundidade e composição físico-química da água do rio. Alterações essas que refletem a fauna e flora aquática e semiaquática.

Esses dados estão disponíveis no relatório do GESBAC e também no *site* da geohidro: [www.geohidro.ufmt.br](http://www.geohidro.ufmt.br). E o Departamento de Engenharia Sanitária.

O professor Rubem Mauro vai falar sobre.

O SR. RUBEM MAURO DE PALMA MOURA - Antes de falar sobre o que coloquei aí, quero primeiro - nós, como professores, quando vemos uma aluna nossa com a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

formação que tem o engenheiro sanitarista participar de um estudo como esse, apresentar esse resultado, sentimos que a nossa missão está cumprida.

Mas quero aproveitar este instante para falar, inclusive, do problema de qualidade que nós devemos nos concentrar com relação ao rio Cuiabá. Os dados que mostramos aí evidenciam que o rio Cuiabá está num processo acelerado de degradação e é necessário que todos nós, Poderes Legislativo e Executivo, os clubes de serviço, as entidades de classe, nos unamos. Afinal, nós temos hoje uma estação de tratamento que poucas cidades neste país tem. Ela não é uma estação de tratamento completa, ela precisa de recursos financeiros para poder incrementá-la e, com isso, com certeza, em curto espaço de tempo, estaremos revertendo essa situação que foi mostrada aí e é necessário que façamos uso disso.

Mas, só para mudar um bocadinho o enfoque, eu peguei um dado pluviométrico aqui de Cuiabá, que essa estação aqui, do Ministério da Agricultura, tem uma série histórica de setenta e quatro anos. Analisando esses dados, eu achei importante trazê-los aqui. Por exemplo, no período de 1931 a 1960, durante vinte e nove anos, essa estação que está na Avenida da FEB mostrou uma média anual de precipitação de mil duzentos e sessenta e um milímetros.

Na década de 61 a 90, mais vinte e nove anos, essa média de precipitação passou para mil trezentos e vinte.

De 1990 a 2004, nesses últimos quatorze anos, nós temos uma média de mil quatrocentos e cinquenta e oito, e isso nos dá o seguinte: como a catástrofe que estão pintando aí ainda não chegou em termos de precipitação, nós podemos até não considerar que há um aumento de precipitação, mas, com certeza, podemos dizer que não há premonição na quantidade de chuva na bacia, apesar de toda ocupação desordenada que há por aí.

Eu gostaria de discutir aqui, mostrar e achei importante trazer para vocês o seguinte: aqui eu tenho uma série histórica de 50 anos de vazão do rio Cuiabá aqui na cidade de Cuiabá. Essa série histórica mostra que, nos períodos mais críticos, a vazão média estava em torno de cem metros cúbicos por segundo, e esses outros dados são após a usina de Manso funcionando. Eu queria chamar a atenção aqui para uma coisa muito importante que nos chamou a atenção - e nós estamos hoje trabalhando nesse sentido -, chamada Operação Ecológica de Manso. A Operação Ecológica de Manso que nós propomos é a seguinte: nós detectamos que a vazão que passa em Cuiabá em novembro e dezembro é muito preocupante. Nós sabemos e os estudos, os biólogos já provaram que o período de defeso começa no mês de novembro. O Pantanal é pródigo em peixe, justamente porque, a partir dessa época, os peixes ao desovarem, e com a vazão crescente do rio, essa ova fecundada entra para a área inundada do Pantanal, e ali se transforma em vida. Mas o que mostraram esses dois anos de funcionamento foi que nós temos as vazões que passam por Cuiabá bem abaixo daquela média histórica. O que isso representa? Não há pelos corichos que drenam para o Pantanal vazão suficiente para que isso ocorra. Então, a ova fecundada permanece na calha do rio, e com certeza a procriação é muito diminuta. O que propomos, e aqui eu estou fazendo uso disso, é convocar a sociedade para lutarmos sobre isso. A FEMA, principalmente, pode e deve fazer isso, porque a usina de Manso está implantada no rio formador do Pantanal. Portanto, tem que ter uma operação diferenciada, ou simplesmente fazer o seguinte: sem deixar de produzir energia, priorizar vazões para novembro e dezembro, ou seja, produzir maior energia sem prejuízo, mas jogando para o sistema uma quantidade de água que possa fazer com que a reprodução seja melhorada.

Então, essa é a colocação que fizemos. Quero aqui agradecer ao Deputado Nataniel de Jesus e louvá-lo pela conferência. Acho, como já disseram outros aqui, que devemos nos reunir. E que este aqui seja o embrião de uma série de discussões, porque nós temos muito o que fazer, e todo mundo tem a boa vontade de querer melhorar essa situação. Muito obrigado.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Queremos também agora convidar a Sr<sup>a</sup> Sanny Saggin, bióloga, assessora da FEMA da Diretora de Recursos Hídricos. A senhora dispõe de dez minutos, rigorosos.

A SR<sup>a</sup> SANNY SAGGIN - Enquanto ela coloca a minha transparência eu quero pedir desculpa, Deputado Nataniel. Na verdade, nos foi passado por sua assessoria que o nosso prazo de palestra seria em torno de vinte e cinco minutos. Então, eu me preparei para esse prazo, mais vou tentar, como já tem coisa repetida, ser mais rápida.

Eu quero agradecer pela oportunidade em nome da FEMA, em nome do Secretário Moacir Pires, em nome da Diretora de Recursos Hídricos Alessandra. Cumprimentar todos da Mesa em nome do meu grande amigo Deputado Humberto Bosaipo.

E vou tentar passar um pouquinho mais do papel da FEMA, enquanto gestora ambiental do Estado. É, eu vou começar falar bem rápido porque já está ficando repetitivo. A questão da escassez e conflito em relação à água dá-se em virtude de que nós vivemos num mundo consumista, em que o ser humano não tem limite à ambição. Cada dia mais se aumenta a questão do consumismo, o que faz com que as nossas necessidades se tornem ilimitadas e os nossos recursos disponíveis são limitados. Isso está acontecendo com a água. Os recursos naturais são recursos limitados, e a água é um deles.

Por mais que tenhamos tecnologia desenvolvida para tratamentos, para dessanilização e outras, nós não vamos avançar necessariamente para acompanhar o que o ser humano demanda.

Aqui, é uma figura ilustrando os possíveis usos da água. A água é recurso que a usamos, usamos e usamos para todas as coisas. Então, tem exemplo de mineração, agricultura, pecuária, piscicultura, tratamento de esgoto, uso doméstico, termelétrica, enfim, “n” coisas que eu não preciso elencar, porque todos conhecem.

Aí estão alguns dados que já foram citados, como o motivo da escassez e os conflitos. Na verdade, o total da água globalmente retirada dos rios, dos aquíferos e de outros, aumentou nove vezes, enquanto que o uso por pessoa dobrou e a população cresceu três vezes. Então, não está acompanhando o crescimento populacional em relação ao que nós temos de disponibilidade.

Em 1950, as reservas mundiais representavam 16,8000mm<sup>3</sup> por pessoa. O que nós tínhamos para usar era isso. E, hoje, representa 7,3000mm<sup>3</sup> por pessoa. E a tendência da disponibilidade ainda é diminuir mais.

Cerca de quatrocentos e sessenta milhões de pessoas, que corresponde a 8% da população mundial, sofrem a falta freqüente de água.

É complicado falar - nós temos dito muito isso, Deputado; esse é um dado interessante - em escassez quantitativa no Estado de Mato Grosso, porque nós temos ainda muita riqueza de água aqui. Nós somos um Estado com três grandes bacias. Em termos de quantidade parece que nós estamos divagando numa discussão, mas é um problema que nós acreditamos que pode vir a acontecer. Por isso, nós temos que trabalhar com a precaução. É possível que 2/3 da população mundial sofram dessa escassez. Eu não sei quando isso vai chegar ao nosso Estado, mas isso é possível.

Mas eu acho mais séria, ainda, a questão da qualidade, a escassez qualitativa. No Brasil, cerca de 90% da população tem abastecimento de água, porém, somente 20% do esgoto doméstico são tratados. Então, nos preocupamos muito mais com a questão da qualidade do que com a quantidade. O aumento da urbanização, o uso de produtos químicos na agricultura, de indústria, aumenta cada dia a mais o retorno dessa água de forma contaminada aos rios. As cidades perdem de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

40% a 65% da água colocada no sistema de distribuição. Esse é um dado importantíssimo. Da hora que a água sai do rio até a hora que chega na sua casa há um desperdício muito grande. São sistemas antigos. Esse é um dado em nível de Brasil, em nível de mundo, não só do Estado.

E 65% das internações hospitalares são provenientes de doenças transmitidas pela água.

Esse é somente um mapa que fala um pouco da disponibilidade hídrica das bacias no Brasil.

Eu não vou me apoiar nisso. Quem quiser esses dados a Agência Nacional de Águas tem disponível, a ANA.

Já foi dito também da nossa demanda, como ela é. A maior parte da nossa demanda é para uso da agricultura e irrigação, a segunda é consumo humano. Eu não vou perder muito tempo nisso.

A demanda em forma de mapa por Estado, por região... Aí fala, embaixo, por metro cúbico...

Eu vou começar a falar um pouco mais daí para frente que é o nosso papel enquanto Estado.

A estrutura administrativa da FEMA está composta dessa forma, onde nós temos quatro diretorias e uma delas é a Diretoria de Recursos Hídricos, criada recentemente, não tem muito tempo. Ela foi criada por volta do ano 2000. Nós temos quatro anos de trabalho, na verdade, dentro dessa diretoria.

A diretoria, que é o que importa mais, está composta dessa forma: uma assessoria técnica, da qual eu faço parte; três coordenadorias, uma de planejamento e pesquisa em recursos hídricos, a outra de licenciamento e outorga dos recursos hídricos e a terceira de desenvolvimento dos recursos pesqueiros.

Na de planejamento e pesquisa, nós vamos falar lá na frente as ações e as atividades. Todas as outras é melhor falar mais adiante, o que cada uma faz um pouquinho.

Em relação às políticas... As políticas, eu quero dizer em relação à legislação existente para as questões dos recursos hídricos.

Na política nacional de recursos hídricos - e a nossa política estadual é bem semelhante, é muito semelhante -, nos fundamentos, diz que a água é de domínio público, ou seja, ninguém é dono dela, todo mundo tem direito a usá-la. É um recurso natural limitado, dotada de valor econômico. A água vai ser, se necessário, cobrada, futuramente, pelo uso, não é a cobrança pelo abastecimento, é a cobrança pela água, pela disponibilidade.

Em situações de escassez os usos prioritários devem ser para consumo humano e dessedentação de animais. São alguns fundamentos e na nossa lei está como princípios das políticas das leis que existem.

O uso múltiplo das águas, ou seja, todos têm direito a usar, seja para abastecimento humano, seja para agricultura, seja para o que for.

A bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento. A bacia passa a ser uma unidade territorial de planejamento. Eu até destaquei o sexto fundamento, que é o motivo desta Audiência Pública. O tema dela é a participação da sociedade no planejamento de recursos hídricos.

Então, o sexto fundamento é o mais importante aqui neste momento, fala da gestão descentralizada e participativa que é justamente onde a sociedade vai entrar.

Os instrumentos da política, que está previsto na lei federal e na nossa lei estadual, o plano de recursos hídricos, inclusive o plano estadual e o nacional de recursos hídricos começaram a ser construídos, foram criadas 12 comissões executivas regionais, divididas em 3 bacias

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

hidrográficas. Mato Grosso faz parte de 3 comissões, porque estamos na Bacia do Paraguai, na Bacia do Araguaia/Tocantins e na Bacia Amazônica. Então, essas comissões foram criadas por bacias, por regiões para construir esse plano, os planos estaduais, para daí ser construído o plano nacional de recursos hídricos, que é o planejamento, o diagnóstico da situação dos recursos hídricos no Brasil.

O outro instrumento é o enquadramento dos corpos d'água em classes, segundo seu uso preponderante. Significa que eu vou dizer, em cada trecho de um rio, que tipo de rio eu quero e para quais usos eu preciso daquele pedaço.

O Estado de Mato Grosso hoje não tem enquadramento ainda implantado, todos os nossos rios são enquadrados como classe II.

A outorga é outro instrumento importantíssimo, porém é um instrumento bastante complicado, porque a outorga do direito dá a garantia, o Estado dá a garantia ao cidadão, ao usuário, daquela disponibilidade de água. Então, para isso, para que façamos a outorga, temos que ter conhecimento da nossa disponibilidade e da nossa demanda hídrica. Para isso são feitos planos, quer dizer, os princípios da lei, os fundamentos que vão subsidiar os fundamentos dela. Para se fazer outorga, para se fazer cobrança, se necessário, precisamos que os princípios estejam implantados, que conheçamos o que temos disponível, o que temos de demanda para depois outorgar.

Na FEMA está em processo de andamento o estudo da implantação da outorga. Vamos começar de uma forma bem devagar, para que não comprometa nem o Estado nem o usuário.

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos é uma situação que pode acontecer, porém bem futuramente. O sistema de informações é o que vai dar toda a base de dados dos trabalhos existentes que vão estar alimentando esse sistema para nos dar suporte nas tomadas de decisões para o gerenciamento e para o ordenamento dos recursos hídricos. Aí é uma divisão feita pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, as bacias... É dessa forma que está sendo trabalhado o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Essa é a divisão que nós, a FEMA, por enquanto, adotamos para fazer gestão. Um trabalho da Wilma, que divide o Estado em três grandes bacias: Bacia Amazônica, Platina e Tocantins/Araguaia em algumas sub-bacias. Eu não vou entrar em muito detalhamento, porque há controvérsias nessa divisão hidrográfica do Estado. Esse é um trabalho específico da Dr<sup>a</sup> Wilma, que adotamos para trabalharmos.

Desse sistema eu preciso falar um pouco.

O Sistema Estadual de Recursos Hídricos é composto... A FEMA é o órgão gestor desse sistema e paralelamente dando todo apoio, todo subsídio, aí que entra a participação da sociedade.

Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Comitês Estaduais de Bacia Hidrográfica. O Conselho é um órgão colegiado com representante do Poder público, sociedade civil, e ele é deliberativo. Ele está implantado, está em atividade e tem feito muita coisa, tem subsidiado bastante a FEMA nos trabalhos na questão de recursos hídricos, assegura vagas, tem assentos para diversas representações da sociedade.

Os Comitês de Bacias, órgão colegiado com representantes do poder público, do usuário de água. Ele não é deliberativo, porém é ele quem vai dar, como disse o nobre colega no início, quem vai dizer, com a sociedade junto, o que quer daquela bacia, o que é prioridade naquela bacia, quais os usos prioritários por bacia. Vai ser o momento em que a sociedade vai dizer o que quer e como quer e vai estar apoiando a FEMA nas tomadas de decisões. Então, é importantíssima a formação dessas comitês.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Os comitês geralmente nascem em função de conflito. O que está um pouco lento em Mato Grosso ainda é essa questão, justamente, graças a Deus, pelo Estado de Mato Grosso ainda não ter tantos conflitos com o uso da água. Nós temos um único comitê implantado de fato no Estado, que é no Município de Primavera do Leste, de dois córregos que são o Ribeirão do Sapé e o ribeirão Várzea Grande, que deram início, nasceu do conflito do uso da água dos pivôs de ligação. O número de pivô é muito grande nesses dois córregos. Quanto todo mundo ligava o seu pivô, simplesmente o nível da água baixava. Então, é tão grave que eles se mobilizaram, se organizaram e criaram o primeiro Comitê Estadual de Bacias, que já está implantado, está em atividade, começando as atividades.

Aí vem a explicação pela Lei Federal de como é a divisão dos comitês, que assegura justamente que metade tem que ser paritário e assegura que 50% é do poder público e 50% é da sociedade civil, incluindo nessa sociedade os usuários de água.

A importância dele: é um instrumento de implementação da nossa política, é um instrumento de gerenciamento da bacia, a participação democrática, enfim, é a forma de se fazer um desenvolvimento sustentável do recurso hídrico.

A sua função: criar o plano de bacia, cada comitê cria o seu plano; sugerir critérios de utilização, o comitê vai estar sugerindo isso; e o comitê tem uma articulação direta com a FEMA para subsidiar nas tomadas de decisões.

O Conselho, o CEHIDRO - Conselho Estadual de Recursos Hídricos, ele é previsto na nossa lei estadual, tem a função consultiva e deliberativa; aprova os critérios e prioridades dos investimentos; aprecia os planos diretores das bacias no caso; avaliam e opinam sobre programas apresentados.

Ele é composto por 11 representantes de Instituições Governamentais e 11 representantes de Instituições não governamentais. Vamos ter agora a primeira eleição, vai ter até uma audiência pública para ter a primeira eleição, porque no primeiro mandato é por indicação, depois, no segundo, já é com eleição dos conselheiros.

Alguns dos trabalhos desenvolvidos pelo CEHIDRO... Estou frisando mais, Deputado, é porque justamente aí é que está assegurada a participação da sociedade nessa questão.

A resolução do CEHIDRO nº 03/03, que trata do licenciamento de irrigação; está em discussão o Plano Estadual de Recursos Hídricos; a questão dos barramentos é um problema que temos sério no Estado; a outorga, nós vamos fazer a eleição de novos membros e criação de comitês de bacias que têm que ser passada, apreciada também pelo CEHIDRO.

Referenda, atualmente, os pareceres da FEMA nos licenciamentos de irrigação. Por um tempo vai ficar referendando, é passar cada parecer técnico para licenciamento de um pivô, é apreciado após o técnico da FEMA ir a campo fazer esse auto de inspeção. Feito o parecer, ele é apreciado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Daí para frente são alguns resultados da Diretoria de Recursos Hídricos, das três coordenadorias, vou falar bem rapidinho.

A Coordenadoria de Outorga e Licenciamento de Recursos Hídricos é responsável pelo licenciamento de poços tubulares de irrigação e futuramente vai ser quem irá conceder a outorga. Através da Lei nº 8.097, de autoria do nobre Deputado Humberto Bosaipo, Lei de água subterrânea, de 2003, foi reformulado um decreto que resultou nessa Lei, que dispõe sobre a Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas de domínio do Estado.

Nessa Lei algumas mudanças foram implantadas que são importantes. A instalação do hidrômetro passou a não ser mais obrigatória; cadastramento para poços tubulares com até 50 metros de profundidade, os poços até 50 metros não precisam passar por todo processo, é de

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

cadastro somente para termos noção de quantos são de dados; renovação da licença de operação passou a ser a cada cinco anos e o valor máximo, se você tiver que fazer as três licenças, licença prévia e instalação, não passa de vinte e cinco UPF's para licenciar, valendo para cinco anos cada licença.

Números de licenças emitidas até 2005, até março, na verdade, nós levantamos. Hoje nós temos um total de mil quinhentos e setenta e nove licenças de poços tubulares emitidos pela FEMA, seja de pequeno porte, de grande, de médio, desde 2000.

Outra atividade dessa coordenadoria é licenciamento de irrigação, que é recente, publicado em 2004, através de uma Resolução que padronizou os procedimentos referentes ao Licenciamento Ambiental dos Projetos de Irrigação no Estado. Isso já é mérito do CEHIDRO. Aí é onde está a maior incidência de pivôs instalados, na região de Primavera do Leste, está na ponta, Campo Verde, General Carneiro, Novo Santo Antônio, região de Sinop, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Vera. É impressionante o número de pivôs instalados nessas regiões.

Os processos de irrigação de licenciamento estão em número de 209 até hoje na FEMA porque deu início este ano. Até janeiro de 2005 era espontânea a procura dos empreendedores para licenciar. A partir de janeiro nós já estamos notificando e, se preciso for, até atuando os que não entrarem com processo de licenciamento de irrigação.

Licenciamento obrigatório tinha que ser requerido até janeiro; os valores são conforme o tamanho do empreendimento e a licença da irrigação é válida por dois anos.

Nós temos um banco de dados, também, que é do usuário de água, que qualquer empreendimento que entrar na FEMA, hoje, tem que passar por um preenchimento de cadastro de usuários para que possamos ter uma idéia para, futuramente, no momento da outorga, conhecer melhor esses empreendimentos. O número no banco de dados está só até final de 2004. E a outorga, que está prevista em lei, está aí para ser implantada.

É um desafio que o Governo do Estado tem, é um instrumento que precisa ser implantado, mas nós vemos como um desafio, porque é de muita responsabilidade você outorgar a alguém o direito de uma água que você não conhece quanto tem. Então, é muito sério. Por isso que estamos um pouco devagar, com uma certa cautela para que não implique em problemas para o próprio Governo do Estado.

E, atualmente, fizemos um termo de cooperação técnica entre a FEMA e a Agência Nacional de Águas, que é justamente para trabalhar essa questão da outorga, especificamente sobre isso. Aí fala um pouquinho dos aquíferos. Na verdade, não temos aquíferos no Estado. Existem formações geológicas propícias para esse armanejamento de águas subterrâneas. Na região Sudeste, aqui na região de Rondonópolis, Jaciara, o aquífero Guarani abrange dois vírgula seis por cento do seu total, do total dele que está em Mato Grosso. Mas não se conhece, não se tem dados suficientes sobre isso. Então, não me atreveria a falar, não conhecemos sua forma geométrica, sua dimensão. Sabemos que existe uma parte dentro do nosso Estado, mas não temos dados.

No Centro-sul nós temos formação furnas e na parte Norte a formação Parecis. Isso é para vermos o quanto o nosso Estado é rico. Além da água superficial, a subterrânea ainda tem também bastante.

A outra Coordenadoria de Planejamento e Pesquisa trata da questão do monitoramento e qualidade de água da balneabilidade das praias de Mato Grosso. Esse é um trabalho que temos feito desde 2002, é um trabalho muito importante também, está divulgado. Inclusive eu entreguei um material, depois tenho um *folderzinho* desse resultado, dessa balneabilidade aí. E a FEMA tem disponível para quem se interessar, tem um gráfico por ano, desde 2002, 2003, 2004, dizendo quantas praias próprias e impróprias para banho.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

E o monitoramento da qualidade da água, que é uma outra coisa importante que a gente faz, tem o laboratório, que são coletas desde 2002 no rio Cuiabá na bacia do Cuiabá, do rio Garças, do São Lourenço, tem os pontos e estamos fazendo também esse trabalho em parceria com a ANA, Agência Nacional de Água, alimento um banco de dados da ANA que chama Hidroebe, para conseguirmos atualizar melhor também os nossos dados.

Em 2004, rio Cuiabá, rio Garças, também coletas bimestrais, mensais em quatro bacias, basicamente, mas são dados apenas qualitativos. Não tem dados de quantidade. A FEMA não faz.

Outra ação importante que temos feito - e este ano nós a realizamos no Dia Mundial da Água - é o Sexto Seminário de Recursos Hídricos, que é a oportunidade que a sociedade tem de estar mostrando o seu trabalho, todos os trabalhos desenvolvidos. Sempre nós temos professores da UFMT apresentando seus trabalhos. Isso tem sido muito bom porque é uma forma bastante democrática da sociedade participar.

Nós fizemos no ano passado a organização do 1º Fórum do Rio Cuiabá para articulações na bacia, que é uma coisa importante, como disse o professor Rubem Mauro. Organizamos oficinas, elaboramos *folder*. Enfim, essa Coordenadoria dá toda base para fazermos a gestão. Ela planeja, ela pesquisa. Nós tivemos treinamento com a ANA para alimentar aquele banco de dados de que eu falei há pouco, o *Hidroweb*, que é uma assessoria ao CEHIDRO, em que propomos ações para projetos.

E nós temos a Coordenadoria de Pesca, que está cheia de dados, sobre a qual eu não vou falar. Eu vou passar rapidamente. Ela é responsável pela fiscalização da pesca, pelo licenciamento da piscicultura, pela parte do ordenamento e gerenciamento dos recursos pesqueiros, como o monitoramento da piracema. Tem muitas outras atividades, mas eu não vou falar em razão tempo.

Porém, se alguém tiver interesse em qualquer dado da minha palestra está disponível.

Pode passar para frente.

Nós realizamos, ontem, o 1º Seminário de Pesque e Solte do Estado. É uma atividade que está eminente. É fato no Estado hoje o Festival de Pesca, porém, não é uma atividade regulamentada. Está aí um desafio para os Srs. Deputados. É uma atividade que gera muitos conflitos, divergências de opiniões. Nós tivemos ontem um Seminário muito caloroso em discussões, de altíssimo nível científico.

A Secretária de Estado de Desenvolvimento de Turismo, Srª Yeda Marli de Oliveira Assis, esteve conosco, e percebermos que esse é um assunto que vai ainda gerar muito conflito. Porém, não podemos fechar os nossos olhos porque é um assunto que já está aí, é um problema que já está aí. É real, é fato. O Pesque e Solte já acontece no Estado. Nós só temos que ver a forma menos drástica dele acontecer. E outras atividades que a Coordenadoria faz.

Aí estão alguns dados dessa última piracema, de apreensão de pescado, de petrechos. Enfim, é muita coisa...

O total de piscicultura que a Neli apresentou. A maior região que tem, realmente, piscicultura é a Baixada Cuiabana. Esse é hoje um problema sério. Realmente, a grande maioria, principalmente da Baixada Cuiabana, está instalada em áreas de preservação permanente. Nós não temos córregos muito perenes na região da Baixada, então a maioria pegou os córregos intermitentes, fez uma barragem e abasteceu a sua piscicultura.

Eu espero que o principal desta audiência pública seja mostrar que tem muita forma da sociedade estar fazendo a sua parte.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

A FEMA é o órgão gestor ambiental do Estado que tem que fazer o possível para cumprir o que está previsto nas leis que são elaboradas. Nós estamos lá e também fazemos parte de um contexto, que é essa questão da gestão descentralizada. Nós precisamos que a sociedade se envolva de todas as formas. A melhor forma, hoje, que existe é a implantação de comitês de bacia, e isso é um desafio para a sociedade.

Eu acho que está na hora de começarmos a nos organizar, nos mobilizar, seja pela precaução, pela preservação, pela conservação do que nós ainda temos disponível. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) – Queremos convidar agora a Dr<sup>a</sup> Eliane Beatriz Nunes, Presidente da SANECAP.

A SR<sup>a</sup> ELIANE BEATRIZ NUNES – Eu gostaria de começar agradecendo pelo convite desta Casa. Tantas vezes, também, já vim aqui em nome do Departamento e continuo representando o Departamento. Sou professora do Departamento e, hoje, Presidente da Companhia de Saneamento.

Nós sempre brincamos: com que olhar você olha, você vê agora a qualidade da água? Não tenho como mudar o meu olhar. O meu olhar é o mesmo. É o de uma profissional da área de Engenharia Sanitária e Ambiental que vê, com tudo isso que nós vimos apresentarem aqui, que o saneamento é uma condição essencial para se manter a qualidade da água do nosso rio Cuiabá.

Nós vimos pela apresentação da FEMA, pela própria apresentação do Departamento que a qualidade da água se torna um problema muito sério e que tem que ser tomada de consciência por todos nós, sociedade, por todos nós do Poder Executivo e Legislativo.

Então, eu vou apenas apresentar para vocês o que é essa nossa missão como Companhia de Saneamento.

Fazendo um rápido retrocesso, tínhamos a Companhia Estadual de Saneamento – SANEMAT. Esta, no ano de 1997 e 1998, com o Decreto nº 2.000, foi extinta, e os serviços de saneamento foram entregues às municipalidades. Cuiabá, então, está fazendo a gestão dos seus serviços de saneamento.

Esse processo não foi um processo calmo, foi um processo em que ocorreu uma desestruturação tanto na física do sistema, como de todo o pessoal que era da antiga SANEMAT. Então, eu sempre digo, junto com os técnicos, que nós estamos renascendo do que sobrou da companhia de saneamento. E juntar os cacos e se reerguer não é um processo fácil.

Criou-se a Agência Municipal de Saneamento, dois anos depois a Companhia Municipal de Saneamento da Capital - SANECAP, uma companhia S/A.

E o que tem sido, ao logo desses anos de criação, e o que assumimos foi um sistema que não teve nenhum incremento na sua estrutura física e que está colocado à situação hoje.

Então, assumimos essa gestão pensando que a dimensão do saneamento, enquanto companhia, não se restringe apenas em colocar tubulação de água, de esgoto e construir estação de tratamento de água e esgoto, mas ela tem uma dimensão social, que não pode ser evitada. A universalização do sistema de água e esgoto é uma meta de toda companhia de saneamento - e nós vamos perseguir essa meta.

Quanto à dimensão ambiental, muito embora a legislação ambiental, a legislação de recursos hídricos avançou muito ao longo desses anos, a lei de saneamento está à reboque.

Na verdade, existe nesta Casa uma proposta de lei e eu solicitaria aos senhores que a resgatássemos, porque o saneamento não tem política. Uma área que não tem política vai andando sem rumo. E essa é exatamente a situação do saneamento, não em Mato Grosso, não em Cuiabá, mas em todo País. É uma área sem rumo!

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Onde conseguir aportar recursos, vai se fazendo, e vai fazendo o que der para fazer. Essa é a situação posta e colocada aqui.

Existe uma dimensão do equilíbrio econômico financeiro. A companhia de saneamento municipal hoje também não vê como fazer saneamento, se não tiver a adimplência dos seus usuários, se não o tiver equilíbrio financeiro para que consiga prestar serviço com quantidade e qualidade para atender ao usuário.

Eu nem vou me deter em número de ligações, porque já falamos aqui, mas a perda e a inadimplência são o que mais saltam aos nossos olhos.

Esse mapa mostra a distribuição de água dos nossos sistemas. Nós temos, como foi falado, o manancial do rio Cuiabá, que é o maior manancial, que supre 60% da cidade de Cuiabá. O rio Coxipó, que é o segundo maior, supre 30% e existem 10% de poços que abastecem os bairros localizados no Município de Cuiabá.

Essa distribuição de poços tem sido para a Companhia um problema muito sério, tanto do ponto de vista de quantidade como de qualidade. É água com ferro. É água com alcalinidade... Essas áreas de poços constituem, na verdade, o ponto nevrálgico do abastecimento da cidade de Cuiabá, porque em geral não somente pela quantidade, mas pela qualidade a comunidade rejeita água com ferro, que tem paladar ruim. É um ponto de dor de cabeça para a empresa.

Logo que assumimos a Companhia fizemos um projeto que trouxemos para esta Casa, para apresentação para Vossas Excelências, para que pudéssemos duplicar a ETA do Tijucal e tirar de funcionamento esses poços. Além do que essa região do Coxipó, que abrange a ETA do Tijucal, recebeu ao longo desse últimos anos um crescimento significativo, tanto de empreendimentos particulares como de ocupação por bairros nessa região periférica. O abastecimento se dá de forma intermitente, ou seja, para que eu garanta o fornecimento de água, eu preciso fazer um rodízio. Então, existe a manobra. Ora eu abasteço por um determinado número de horas um bairro, fecho o registro e abro para uma área outra. Então, o abastecimento em muitos bairros se dá de forma intermitente. E por que isso aconteceu?

Em relação ao crescimento da cidade, nós vimos, apresentado pela universidade, que em 1990, nos últimos quatorze anos em relação à cobertura do serviço de água, nós chegamos com a rede, mas em termo de ampliação das capacidades não foi a contento para que se tivesse a água chegando até as casas dos moradores. Nos bolsões de periferias, isso se deu de forma mais grave ainda. Vocês podem verificar, nesse gráfico, nessa cor bem escura, são os bairros onde o índice de inadimplência varia na faixa de 80% a 100%, de 60% a 80%.

Aí a qual situação nós chegamos? A Companhia tem um índice de inadimplência intolerável. Não é possível sobreviver nessa situação. Por que isso chegou até aqui? Criou-se uma cultura de que não se paga água, não precisa pagar água! E a Companhia vem ao longo desses anos lidando com essa situação. Por um momento, ela se sente frágil, porque ela sabe que em alguns bairros ela atende com intermitência. Em alguns bairros, nós temos mais de oitenta e nove poços, quase noventa poços. Esses poços, quando chega o período da seca, são frágeis, a vazão diminui, então, atende-se com maior intermitência ainda a população. Isso fragiliza o sistema, porém continua-se a fornecer água, mas a comunidade rejeita pagar essa água.

O que estamos fazendo para evitar esse colapso? Nós detectamos que nós precisávamos ir atrás de recuperação desses créditos. Muitas vezes, a comunidade sente dificuldade de chegar até os postos de atendimentos mais próximos. Então, estamos implantando o projeto A SANECAP mais perto de você. Através de uma *van*, uma unidade móvel, a Companhia monta, na verdade, o seu escritório comercial. Vai até o bairro, tudo agendado. Estaremos começando essa operação daqui a duas semanas. A nossa *van* já está pronta, fazendo todas as adequações para o

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

computador, para tudo que vai ter dentro da *van* para fazes essa negociação junto ao usuário. Porém essa *van* não recebe nenhum dinheiro. O dinheiro da sua conta, do seu débito, vai ser pago onde? Vai ser pago na rede de supermercados, farmácias que estamos assinando, para chegar mais próximos do usuário...

O Sr. Humberto Bosaipo (FORA DO MICROFONE) - Normalmente, os bancos podem conveniar...

A SR<sup>a</sup> ELIANA BEATRIZ NUNES RONDON LIMA - O que está acontecendo é o seguinte: a empresa, existe um aspecto importante que nós não podemos desconsiderar que é a segurança. Muitos supermercados, lojas de materiais de construção, só estão aceitando fazer esse convênio mediante um seguro. Por quê? Principalmente, em alguns bairros onde a violência é alta e a insegurança maior ainda, gera esse conflito. Então, é um cuidado muito grande que nós temos que ter para poder assegurar que com essa medida cheguemos até ao usuário, aquele que realmente quer pagar e se sente com dificuldade, mas nós não podemos esquecer da segurança. Então, mais vale aí a dica.

Com esse projeto nós esperamos vencer um pouco essas barreiras que o usuário tem em relação ao pagamento da água e ele realmente siga. Um dos outros projetos que nós já iniciamos é com as nossas lideranças, tanto comunitárias como religiosas. Hoje, os líderes de bairros são forças constituídas e as religiosas também, porque há também uma outra doença muito ruim, além da inadimplência, que é o desperdício. O desperdício não acaba porque ele não paga. Como ele não paga, ele não cuida e joga muita água fora.

A Companhia sabe que também ela não pode se deter apenas na água que ela deixa no cavalete, que ela tem que tentar enxergar dentro da casa do usuário e em muitas casas, principalmente dos bolsões de periferias, não existem um mínimo de instalação intradomiciliar. O que acontece? Enquanto tem água, está se jorrando a água, só pára quando não se chega a água. Então, para fazer saneamento, não adianta olhar que não existe problema, os problemas são inúmeros, é como eu falei.

Eu gostaria de voltar um pouquinho, isso em relação à água. Então, o que fizemos? Elaboramos um projeto que nós chamamos de projeto emergencial da ETA do Tijucal. Esse projeto é em torno de quarenta e sete milhões, quinze milhões para a ETA, ampliação da ETA, construção de uma nova ETA e o restante para as diferentes linhas que a ETA do Tijucal atende, como melhoria no sistema de adução, na reservação. Cuiabá há muitos anos, na verdade, não tem mais, não teve um projeto estrutural significativo de abastecimento. Foi-se apenas ampliando o sistema, puxando as redes, não pensando na setorização do sistema.

Em relação ao sistema de tratamento de esgoto, quando aqui ouvimos sobre a classificação do rio Cuiabá, sobre o próprio instrumento de enquadramento das classes, um dos maiores problemas do rio Cuiabá é decorrente de que? É da falta de saneamento. O nosso esgoto é a principal causa de degradação da qualidade da água do rio Cuiabá. Para isso, eu preciso de investimento. Com todo o recebimento que a população, a partir de hoje, passe a fazer para a empresa, ela vai conseguir operacionalmente atender melhor do que está instalado.

Sem investimento não vai haver saneamento. Como o professor Rubem Mauro disse: nós temos uma ETE de lodo desativada, construída em 1989, ainda parcialmente construída, que precisa ser ampliada, precisam ser feitas todas as etapas que foram proposta nesse projeto e essa ETE resolveria o problema de cinquenta por cento da cidade. Porque as bacias do Mané Pinto, da Prainha, do Gambá e do Barbado chegando até essa ETE resolveriam o problema dessa carga orgânica que chega até o rio. Mas sobram ainda outras bacias. Quais que sobram? A do Ribeirão do

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Lipa. Existe investimento? Existe uma carta proposta dentro do BNDES, de vinte e um milhões para se fazer não só saneamento, mais para se fazer construção de casa, pavimentação e drenagem.

Nós estamos tentando inverter isso e colocar a maior quantidade possível para o saneamento. Vinte e um milhões para tratar essa bacia. Não podemos pensar, como foi pensado até hoje, que cada empreendedor chega e faz o seu sistema de tratamento isolado e vai se criando pontos e pontos de tratamento. Para a Companhia de Saneamento isso é oneroso, porque é custo de energia, é custo de pessoal em que ela precisa ir lá e colocar à disposição. Tem que se pensar em um plano diretor.

Para chegar a essa situação, nós adotamos o seguinte: a partir do mês de abril, através de um termo de cooperação técnica com a Companhia de Saneamento de Brasília, eles estarão durante esse nos ajudando a montar o diagnóstico da Companhia de Saneamento de Cuiabá. Por quê? Porque os nossos problemas são os mesmos que eles já vivenciaram. E eles conseguiram atender em tratamento de água, em tratamento de esgoto cem por cento. Por que nós não podemos chegar até aí? Nós vamos chegar.

E essa cooperação técnica tem nos apoiado nesse sentido de olhar as nossas mazelas, nossas fragilidades, corrigir o rumo. Para quê? Para que no final de tudo isso não só projetos emergências a gente consiga chegar, mas, principalmente, num Plano Diretor de Água e Esgoto. Sem planejamento não se chega a lugar nenhum. Essa é a atual situação da Companhia, com inadimplência elevada, um sistema de corte que, a partir da semana passada, está sendo feita por nossa conta, pelos nossos funcionários. A terceirizada já não mais presta serviços para nós. Por quê? Porque essa empresa denegriu com a imagem da Companhia ao máximo, pois era negociada a conta para não cortar.

Então, a partir desta semana, nós começamos a fazer com o nosso pessoal. Fizemos um comunicado, através dos meios de comunicação, para que o usuário não negocie porque ninguém está autorizado a receber a conta na sua casa. Estamos fazendo isso. Está sendo, na verdade, para a Companhia, uma operação de guerra, juntando todos os esforços. Para quê? Se o corte é a nossa principal arma para conseguirmos o recebimento, então, ele está sendo feito pela própria Companhia.

Na verdade, várias operações, várias ações, a Companhia tem feito nesses três primeiros meses, desde que assumimos, como ações emergenciais. E já estamos pensando, através dessa Consultoria, em um planejamento estratégico que vai nos mostrar para onde iremos com a nossa água e com o nosso esgoto. Nós temos certeza de que com esse planejamento vamos ter projetos que vão nos garantir a sustentabilidade do rio Cuiabá.

Agora, eu gostaria de finalizar deixando aqui um grande apelo a esta Casa: Sem investimento não há saneamento. E isso precisa acontecer em nível federal, em nível estadual, em nível municipal. Nós conhecemos a fragilidade que é o Município. Então, o Estado precisa portar esses recursos para tirar Cuiabá dessa situação caótica em que se encontra. Não estamos lá com nenhum espírito alarmista, de dizer que vai existir uma catástrofe, mas, simplesmente, para alertar que a estrutura posta hoje de água, de esgoto, não é suficiente ou é ineficiente para resolver os problemas que temos.

Eu vou dar alguns exemplos bem rápidos do que aconteceu conosco. E isso acontece diariamente. Eu sempre brinco que são grandes emoções. Eu estava anteontem no escritório comercial e me chamaram rapidamente e tinha estourado uma tubulação de cimento amianto perto da Igreja Senhor dos Passos. Em um instante formou-se um rio ali. São tubulações que precisam ser trocadas, obras de mais de 200km de tubulação de cimento amianto. De onde se tirará recurso para fazer toda essa substituição?

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

A ETA II, que é a maior ETA nossa, está funcionando com um sistema precário. Nós precisamos mexer na floculação, nos decantadores e trocar os leitos dos filtros.

O leito dos filtros - o Ruben Mauro, que foi Diretor da SANEMAT, sabe tudo que foi trocado - nós precisamos...

Então, falar em saneamento, nós precisamos desses investimentos. A companhia se programou e orçou em um milhão e oitocentos de investimento próprio que ela vai estar tirando para colocar na estação da ETA II, que é da São Sebastião, que é a nossa maior ETA.

Muitas vezes, vocês vão, passam pela estação e falam: Puxa, está abandonada. Não, é a nossa maior estação de tratamento.

Então, vocês vêem que o desafio colocado, não só para essa diretoria, mas para toda sociedade, é imenso, porque a água, todo dia de manhã, nós vamos abrir a torneira e queremos a água ali. Uma vez tendo a água, ela vai virar um efluente, vai virar um esgoto e cair nos nossos mananciais.

Nós precisamos rever a nossa política, trazer à tona a nossa política estadual de água, esgoto, saneamento ambiental que está nesta Casa. Nós precisamos motivar essa discussão e todos têm que participar. Não podemos mais ser omissos a essa causa, que é uma causa de todos.

Existe, para nós da Companhia, esse desafio que é chegar até o usuário inadimplente e trazê-lo de volta e vamos fazer isso com operações simples como essa da unidade móvel que vai até o bairro, são outras ações do corte mais efetiva para que as pessoas se sintam responsáveis. Se elas estão inadimplentes, por que um paga a água e o outro não paga? Que direito é esse? Por que todos não pagam água, já que todos usam dessa água no seu dia-a-dia?

Nós precisamos mudar essa mentalidade. É uma mudança de postura nossa não só em relação à atividade da Companhia, mas também uma postura nossa em relação ao uso. Nós temos um poder de decisão na nossa mão, diariamente, quando deixamos a torneira ligada, quando deixamos o vazamento acontecer.

Então, eu sempre digo que não podemos esperar que, no caso da Companhia, faça tudo, porque ela não tem como fazer tudo, nós temos uma parcela importante.

Eu conclamo a todos para que nos ajudem nessa operação de resgate e reforma da Companhia de Saneamento. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Convido o Dr. Domingos Iglesias, Coordenador da Defesa Civil do Estado de Mato Grosso, que dispõe de dez minutos rigorosos, para fazer a sua explanação.

O SR. DOMINGOS IGLESIAS VALÉRIO - Eu gostaria, Sr. Presidente, se fosse possível, porque eu vou falar apenas dez minutos, de fazer um testemunho histórico e técnico.

Se for possível, liguem a luz, porque eu quero ler.

Exmº Sr. Presidente, prezado amigo Deputado Humberto Bosaipo, prezados ex-alunos. Fiquei até envaidecido, porque o professor se realiza quando vê que o aluno o ultrapassa, porque ele aprendeu em sala de aula. Fiquei admirado com as palestras que ouvi aqui agora.

Meus amigos, falaram muito em filosofia apenas. Vamos pensar. Todos os conhecimentos que nós temos, que nos indaga o porquê, é um direito natural.

Deus deu a todos os homens, desde a criancinha, a inteligência, para que através da inteligência eles venham conhecer, ver as coisas que se realizam, que nós chamamos em grego de *nonyo*, que quer dizer noção. Dessa noção, muitos se limitam a ir e aí vão até o fim da vida, mas outros procuram entrar no porquê daquele fato que deu a noção, que é a filosofia, que é a ciência.

Você adquiriu então a ciência. Aquilo ferve dentro do seu peito e você quer transmiti-la. Aquilo ferve, é o sentido subjetivo do objeto. Aí vemos: estudou, estudaram, e estão

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

transmitindo para nós. Transmitindo isso. Aquele que vem e recebe, aquele que escuta, recebe o conhecimento. Vem a disciplina, que é a ordem, a paz, a evolução harmônica. Então, é assim que se estuda.

Quando me formei em Engenharia, especializei-me na água. Trabalhando no Departamento Hidroviário, no Governo, em 1952, eu já tinha uma certa noção.

Quando eu fui fazer o exame de portos e canais, que exige um conhecimento profundo do rio, tinha ficado doente na última prova e fui fazer um exame especial. O professor exigente e mau queria me derrubar de todas as maneiras, então se voltou para mim e disse: “você já viu um rio em sua vida?” Epa! Depois de tudo isso? Olhem, vejam só como é que começam as coisas. Respondi: sim, professor. Quando eu era estudante, minha professora fez um piquenique e falou: “estamos aqui na margem esquerda do rio Iguacu.” Se aquilo é rio mesmo, e ela falou a verdade, então eu já vi um rio. E ele falou assim: “então, o que é um rio?” Barigo numa ponta examinando; Algacyr Munoz presidindo a Mesa; e Garcez argüindo. Eu falei: o senhor quer definição natural ou definição analítica? Aí o Barigo bateu na mesa com toda força: “Garcez, esse moço pode ser aprovado imediatamente.” “Por quê?” “Porque só pela resposta, ele sabe o que vai falar.” Meus amigos, vejam só, olhem só como é... “Não! Eu quero ver até onde ele sabe.” Três horas, meus amigos, de argumentação. E foi isso que me deu a tese: Portos de Mar, Rios e Canais (PALMAS).

Eu era político. Abandonei a política em 31 de agosto de 1954. Nunca mais entrei na sede de um partido (RISOS).

Pedi: Dr. Getúlio, nomeie-me, então, para o Amazonas, Boa Vista, para eu implantar as obras de engenharia civil e o estudo do rio Branco e do rio Negro, num projeto que existia antigamente do Canal de Cacique Ara.

Porque o petróleo nosso, que ia para o Amazonas, para Manaus, dava essa volta pela costa toda, entrava no Amazonas para chegar em Manaus. Eram uns sessenta dias e havia a falta da cidade.

Olhem aí, onde vai chegando a indagação, a pesquisa...

E eu fui incumbido de estudar o Canal de Cacique Ara que ligava o rio Orenoco ao rio Negro. É uma distância apenas, meus amigos, de trinta quilômetros entre as duas nascentes. E é charco. Uma água corre para o norte, Orenoco, Caracas; a outra corre para sul, Manaus. E havia habilidade muito grande. Quando outros engenheiros, que me acompanharam, chegaram e viram, falaram: “Puxa, vida! Isso é aqui vai ser um estouro nacional. Quanta economia!” E aí veio o Exército - desculpem-me, o Exército pode estar aí, eu também fui militar do Exército -: “Iglesias, não convém à segurança nacional, porque não temos condições de patrulhar isso aqui.” E o canal foi engavetado, o Canal de Cacique Ara.

Então, quando morreu Getúlio, eu vim embora. Vim para Mato Grosso. Abandonei o Ministério da Justiça e vim para cá! Aqui estudando, trabalhando...

Olhem aí a tendência... Corumbá faltando água! Faltando água em Corumbá! Como se resolveria o problema dos algibes, da água que vinha das chuvas? Porque Corumbá não tem manancial hídrico superficial, não tem água superficial. E como abasteceria a Prefeitura? Como abasteceria os hotéis? E é uma grande cidade, uma das terceiras cidades de Mato Grosso do Sul! Então, eram os algibes

Aí, olhem um outro tipo a água, a água meteórica.

Então, nós temos esses três tipos de água: a água meteórica; a água superficial, que são os rios e lagos; e a água subterrânea.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Com tudo isso trabalhando em Mato Grosso, até que nós conseguimos, através de um recalque forte, em 1961 ou 1963, mais ou menos, tirar água do Canal do Tamengo e mandar lá para a caixa d'água. Nós precisamos e resolvemos o problema de lá. A água, tudo água...

Então, essa colocação para mostrar aos senhores que aqui também comecei a estudar. Um dos problemas primeiros que estudei foi o rio Cuiabá. Recebi a incumbência do antigo Departamento Nacional de Vias Navegáveis para fazer o levantamento do rio Cuiabá, porque não tinham ainda. Aqui está ele... (NESTE MOMENTO, O ORADOR MOSTRA O LIVRO EM SUAS MÃOS.)

Só para vocês verem, todo o rio, quilômetro por quilômetro, com todas as suas curvas, com todas as localidades, todo ele aqui - 609,7km na Ponte Júlio Muller.

Então, eu tenho credencial para falar que conheço o rio Cuiabá. E com isso, então, veio uma incumbência do Ministério da Marinha, para eu fazer os estudos da causa da decadência da navegação do rio Cuiabá. Recebi com uma certa vaidade sadia, ser distinguido para isso. Porque Cuiabá, a vida toda de Cuiabá era o rio Cuiabá. Não tinham estradas, não tinham outras coisas. Recursos hídricos, aí rios... Nós estamos tratando disso. Então, por isso está dentro de uma apresentação minha.

Recebi, então, o título do Presidente da República da Ordem do Mérito Naval. Então, é essa parte eu quero mostrar aos senhores. São os três tipos de água - rapidamente -: a atmosférica, ou seja, a meteórica, que tem a neblina, tem o orvalho. Tudo isso é recurso hídrico! Você pode às vezes não ter água encanada em casa, mas faz um ajuste na adução e põe as condutores na chuva, ele vai encher! A Prefeitura de Corumbá, o tanque tinha quinze metros por dez, e por cinco de profundidade, vivia quase cheio e sustentava o ano inteiro, com todos os períodos de chuva, a água de algibe, a água pluvial.

Pois bem, vejam um exemplo aqui: quando eu sentei à mesa, ao lado do Deputado, eu vi o Livro Sagrado em cima da mesa, Gênesis. Numa palestra que fiz sobre recursos hídricos para os árabes e tantos mais, que usam, como é que eles tiram a água... Tem um artigo no capítulo 21, versículo 33, em Gênesis, eu não olhei, mas se quiser conferir pode conferir. Abraão plantou uma tamargueira no deserto de Bersabéia... Epa, você acredita? Você acredita? No deserto? Sem água? Então, vamos ler tudo! Por que exita? Mas não sabe o que... (RISOS).

Pois bem, 21, 33. Já achou? Quer ler rapidamente? A minha cabeça está um pouco ruim. Só um versículo.

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JEUS) - "E Abraão plantou um bosque em Berseba, e invocou ali o nome do Senhor, o Deus eterno."

O SR. DOMINGOS IGLESIAS VALÉRIO - Basta isso, só isso basta, Berseba, o livro está meio, a tradução já está um pouquinho confusa, Berseba e Bersabéia... E como é que eu estudando, sabendo que é rio, aquilo na minha cabeça... Um bosque? É muita coisa. Como é que plantou? Como tinha água? Desertos não têm água! Aquilo ficou me roendo, me roendo, me roendo, me roendo, mas como eu gosto de uma exegese, eu só não leio, eu não apenas leio, eu procuro a exegese e a teologia para poder compreender. Quando foi? Há trinta anos, nas escavações paleontológicas e também essas comuns, as ruínas. Descobriu Charles Marston que tinha grandes panelas, bacias, viradas de cabeça para baixo nesse local. De cabeça para baixo! Por que de cabeça para baixo? É o tipo da água do orvalho. O orvalho é produzido, por exemplo, pela perda do calor da terra e ele vem debaixo para cima, enquanto que a neblina vem de cima para baixo e evapora rápido. Se você pegar uma latinha qualquer e colocar no jardim e de boca para baixo você vai olhar no dia seguinte lá em cima dela a gotícula de água, esse é o orvalho. E foi essa água que irrigou tudo, são grandes painéis grandes mesmo, de dez metros, bacia coberta para poder geminar. Então, vocês

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

vêm aí os recursos hídrico, a água, quando vocês querem chegar na metafísica, ou seja, o princípio das coisas, das causas, aí vêm os efeitos. Então, também por teses levantadas, agora histórico, aqui em Cuiabá, refere-se hoje ao antigo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, quando o próprio Ministério de Minas e Energia naquele tempo me nomeia para pertencer ao grupo que vai gerenciar e estabelecer o gerenciamento dos recursos hídricos do Brasil...

Aqui está o decreto: “O Governo do Estado de Mato Grosso, atendendo o que consta o aviso” tal, tal, tal... Vou ler rápido. É um pouquinho só. “...do Excelentíssimo Ministro de Minas Energia, resolve designar o engenheiro civil Domingos Iglesias Valério, Coordenador Especial de Assentamento e Operações da Defesa Civil do Estado, para compor o grupo de trabalho coordenado por aquele Ministério, com o objetivo de realizar estudos para implantação do sistema nacional de recursos hídricos, na qualidade de representante do Estado de Mato Grosso, ficando assim”, tatatá e tudo mais...

Então, meus amigos aqui tudo tem história. Aqui está a proposta que eu redigi para os senhores verem. Exposição e proposição do Estado de Mato Grosso para implantação do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. Pouca gente sabe disto, mas como nós estamos aqui em um ambiente de interesse é bom conhecer um pouco a história, porque tem hoje o Conselho Estadual. E fui, com a graça do Mestre, muito distinguido pelo próprio Ministro, que me designa aqui para a Comissão. Designou-me aqui. Eu apresentei a proposta, os trabalhos, uma organização, tudo. E foi tudo isso escrito que eu trouxe para entregar ao Deputado, para a história. Depois, apresentei ao Governador, apresentei lá em Brasília, a proposta da criação do Governo do Estado: “Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos”. Olha ele aqui, para vocês verem:

“A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO...

Art. 1º Fica criado o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, de natureza permanente, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, compatibilização, avaliação, controle dos recursos hídricos do Estado, tendo em vista os requisitos de volume e qualidade necessários aos seus múltiplos usos.”

Então, está tudo, inclusive a constituição.

O que era a finalidade? Aqui: “abastecimento urbano, controle de cheias...”

Eu fiquei realizado vendo moços, moças, que têm um futuro amplo pela frente, com essa capacidade de liderança e sinceridade de execução, responsabilidade.

A minha querida Eliana, que sempre admirei. O Rubem Mauro, de uma família tradicional, filho de uma grande amiga nossa.

E tudo isso foi passando. Todos ignoram porque passa mesmo. O tempo vem, as coisas vão evoluindo. Outros vão pensando e aperfeiçoando e aqueles que iniciaram vão ficando no ostracismo, esperando o desligamento da vida.

Então, aqui está o Encontro Regional dos Recursos Hídricos. Tudo! Tudo!

Se vocês me permitem, eu quero entregar na presença de todos vocês. A cópia não está muito bem feita, mas o faço em agradecimento à honra que me deram de vir aqui.

(NESTE MOMENTO, O ORADOR PROCEDE À ENTREGA DA CÓPIA DO DOCUMENTO AO DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO - PALMAS.)

O SR. DOMINGOS IGLESIAS VALÉRIO - Agora, o rio Cuiabá, é tão pouquinho, então, muita gente pergunta: “Mas, professor, como é que você sabe que Santo Antônio dentro de doze horas vai encher, vai chegar até a cota tal?” Estudo! Estudo! É o tempo de propagação das ondas de cheia.

Eu hoje estou falando no palácio. Eu disse que dentro de vinte dias o rio Cuiabá vai estar a 40cm de altura. Olha aí e vai acontecer porque já passou para 86 hoje à tarde. Nós

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

estamos com dezoito dias ainda. Vem a previsão de segunda-feira, chuva por aí. Olha o povo já sabendo! E quando vem o tempo da cheia, olha aí também os problemas que vêm dos recursos hídricos, as inundações, etc.

Em Santo Antônio do Leverger, por exemplo, a cota de alerta é 9,45, onde a defesa civil tem que agir.

Agora, quando chega a 9,45 lá em Santo Antonio do Leverger, aqui na nossa régua, quando marquei a cota de alerta lá, chegava a oito metros. No entanto, atualmente - para vocês verem - se chegar sete metros aqui, metade da cidade de Santo Antônio do Leverger vai ficar inundada Por quê? Olha aí o raciocínio, a investigação científica, é o assoreamento que dá o rio.

Meus amigos, o rio está profundamente comprometido, gradiente dele, ou seja, a declividade de superfície, não declividade telúrica, que é da terra. É declividade de superfície entre Cuiabá a Rosário Oeste, que dá trinta e três centímetros, médio, por quilômetro E ao chegar a Cuiabá, imediatamente na ponte Júlio Muller, e isso é difícilimo você conseguir em rio, aqui em especial, esse rio para nós, quer dizer, à distância de trinta metros na jusante, ele baixa para doze centímetros por quilômetro.

Então, o que quer dizer isso? Todo material em suspensão do rio que vem, ao chegar aqui, diminui a velocidade e começa o assoreamento daqui para baixo Até a Praia Grande, nós temos doze centímetros por quilômetro. De Praia Grande a Santo Antônio já passa para oito. E, com isso, eu posso calcular também a velocidade da onda de cheia para saber quanto chega a Rosário Oeste, etc.

Então, nós temos o controle do rio, tecnicamente. E isso já foi admirado também em Brasília, que me deram a medalha Defesa Civil Nacional.

O rio São Francisco, agora, vai ser cortado, vai ser canalizado, por jusante, para o abastecimento do Nordeste, uma finalidade excelente, justa, útil e humana, embora que para baixo ele não tenha grande influência que tem para cima, mas há políticas contrárias e onde nós temos que enfrentar os debates democráticos de um projeto.

Então, todos esses trabalhos têm me dado o conforto e uma segurança dentro da defesa civil. Vejo pela precipitação, porque há uma relação intrínseca entre a precipitação, que é a chuva, e a vida de um rio.

Então, eu não falei para vocês qual seria a resposta que eu dei ao professor, quando ele perguntou o que era um rio. Eu disse: o senhor quer minha versão natural ou analítica? Ele me disse: “Me dá a natural mesmo”. O rio nada mais é, professor, do que o dreno da terra. Pronto, resumiu tudo. Tendo água, ele drena, ele existe. Não tendo água, o rio morre.

Não é mata ciliar que dá vida ao rio, a mata ciliar protege as margens do rio, a sua diretriz, mas não vai produzir água. A água é subterrânea, é a infiltração. Então, toda chuva tem três destinos. O primeiro, ela infiltra e dá recarga subterrânea, que vai alimentar; o segundo, corre superficialmente, pela água superficial e espontânea alimentação do rio, provocando as cheias e inundações; e o terceiro, volta à atmosfera, através da evaporação ou evapotranspiração, para reabastecer outra vez as nuvens. Então, é nesse sentido que você se sente forte para defender um lençol, o rio, ou seja, as águas superficiais.

Então, vamos parar por aí, porque o tempo é pouco e, como eu falei para ele, preciso ser disciplinado.

De forma que, disso tudo, você investiga antes dos detalhes, nos estudos é que você tem segurança de avisar a população.

Meus amigos, vocês sabem o que é a realização interior de um profissional? É quando vê que muitos confiam nele. Não é ostentação pura de ser isso ou ser aquilo, porque meus

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

pais me ensinaram, me educaram sempre com princípios, e eu fiz filosofia, em 1945, e uma das coisas que me marcou no curso foi a declaração de Aristóteles: “A força da inteligência está na humildade e na prudência”.

Espera. Aquele que está a seu lado pode saber mais do que você. Então, muita humildade e espere a oportunidade de falar.

Eu queria só publicar isso. Não só o rio Cuiabá, o rio Paraguai, tudo faz os mesmos estudos e também o rio Guaporé, a ligação de bacias.

Eu pus aqui no caderno a ligação de bacias, e defendi em São Paulo, na Universidade de São Carlos tinha participante, a grande hidrovía São Paulo/Manaus. As águas do Amazonas, aqui você passando do Tietê, do Tietê entra no Paraguai, no Paraná. Do Paraná você pega do rio ali que desemboca no Iguaçu. Segue, vai para o Canal de Camapuã. Pega o rio Taquari. Como dói o meu coração de ver o rio Taquari, meu amigo. Eu construí o Porto da Manga que fica um quilômetro da foz. Ele tinha toda água entrando ali, mas o delta de dejeção, quer dizer, a praia onde deposita seus dejetos já estava começando. E é Pantanal! E ele nasce aqui, o Alto Taquari. Olha a devastação para o plantio da agricultura toda! Toda essa areia ...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO - A nascente do Araguaia, que é bem pertinho.

O SR. DOMINGOS IGLESIAS - Pois é. Tudo, tudo foi depositado rio Taquari no abaixo. E ele já desviou tudo. Ali é uma lagoa, é um mar. Você não vê mais o rio antigo, e assim vai o rio Cuiabá.

Rio São Lourenço já deixou seu leito, porque o rio Cuiabá não chamava Cuiabá, não era o principal. Era o São Lourenço, porque recebia o Piquiri. Os dois, somando a vazão, eram superior a vazão de Cuiabá. E, somando as suas áreas hidrográficas, eram superiores a área de Cuiabá, que são trinta e oito mil quilômetros quadrados. Então, na geografia, quem estudou antigamente, vê que o rio Cuiabá se chamava Cuiabá São Lourenço. Lembram dele? Vocês sabem tudo isso aí. Hoje, não! Mediante um processo que está escrito, está escrito, também... Isso eu não preciso entregar aos senhores, porque mandei para a Assembléia Legislativa. Está aqui. O rio São Lourenço desviou-se, perdeu a vazão ali, ficou só o Piquiri. Cuiabá então dominou, e chama então rio Cuiabá, conforme está escrito. E aí mandei para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para mudar o nome, etc.

Vossas Excelências me desculpem, passei um minuto ou dois, mas vou terminar.

Mas é somente para parabenizar por esta realização. Fiquei satisfeito por ver esses moços todos já com essa projeção que está, que orgulha e honra o nosso Estado. E agradecer o convite que me fizeram. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Nós é que ficamos lisonjeados. Falar sobre a água, ele deu um banho de sabedoria.

Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente desta Audiência Pública, meu colega e irmão, Deputado Nataniel de Jesus.

Cumprimento o Dr. Hugo José, que é o Gerente Executivo do IBAMA de Cuiabá; a Dr<sup>a</sup> Eliana Rondon; a Dr<sup>a</sup> Sanny Saggin; o Dr. Domingos Iglesias, essa enciclopédia que nos dá a honra de estar aqui no nosso meio; o Professor Ruben Mauro; o Professor Paulo César Gomes e a Dr<sup>a</sup> Neli, que apresentaram aqui em nome da Universidade Federal de Mato Grosso.

Quero cumprimentar, em nome das autoridades, o Prefeito de Acorizal aqui presente, e o Vereador Mauro Lúcio, do Partido Verde de Cuiabá.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Na verdade, eu fico extremamente emocionado e alegre porque, outro dia eu criei aqui, Dr. Iglesias, uma iniciativa nossa, o Parlamento das Águas, composto de Deputados de todas as agremiações para tratar deste assunto.

Sou membro efetivo da Comissão de Meio Ambiente da Casa. De cara eu já quero pedir aos palestrantes, o Dr. Iglesias adiantou, que deixem para a Comissão Permanente, para o Parlamento das Águas os trabalhos apresentados, os livros editados, ou mesmo os CDs das palestras, para que nós possamos incorporá-los no nosso acervo. E o senhor pode ter certeza, Dr. Domingos Iglesias, que esse material aqui vai para o Instituto de Memória do Poder Legislativo, além das Comissões Técnicas da Casa, porque é um trabalho de real importância.

Deputado Nataniel de Jesus, Vossa Excelência saiu na frente com o primeiro projeto do Parlamento das Águas, e eu quero dizer que, apesar de estarmos sentados aqui por mais de quatro horas, alguns com sono, outros com outras atividades, quem ficou foi premiado, quem ficou até agora pôde perceber a importância das águas para o mundo atual, para Mato Grosso.

Eu gostaria de entrar em muitas considerações, como na palestra do Professor Paulo César, que tratou de um assunto muito delicado que está ocorrendo, que é a questão das hidrelétricas. Não tem um comitê de bacia que avança na terra indígena em Mato Grosso. Eu acho, professor, que a ANEEL deveria para um licenciamento ambiental exigir, pelo menos, um comitê de bacia no Estado - eu não sei se isso é feito -, bem como acho que nós temos, Deputado Nataniel de Jesus, que difundir mesmo, nas escolas, como foi dito aqui, o Programa Agenda 21.

Enfim, preocupa-me muito o Estado de Mato Grosso, porque nós temos um Governador produtor, que incentiva a produção. E vocês sabem como é plantar soja. Não fica uma árvore! Em alguns lugares não estão respeitando nem o que a lei manda, principalmente às margens de rios e às encostas de serras. Nesse afã, como disse aqui a Dr<sup>a</sup> Eliana Rondon e outras conferencistas, parece-me que foi a Sanny Saggin, no afã de se produzir, produzir e de se ganhar, ganhar, a questão ambiental nós estamos deixando um pouco para trás. Mas me alegra porque se o Dr. Iglesias for premiado por criar o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, pelo menos a FEMA agora avança, já foi mostrado aqui, com a diretoria de recursos hídricos.

Então, eu parabenizo a Dr<sup>a</sup> Sanny Saggin com esta visão macro-ambiental do Estado, ela que é oriunda das barrancas do Araguaia e do Garça, ela que é oriunda da região de garimpo, e sabe profundamente da necessidade imperiosa de agirmos em defesa do meio ambiente.

Eu quero dizer a Dr<sup>a</sup> Eliana Rondon da minha satisfação em saber que a senhora está trabalhando com este planejamento. Eu vou ajudá-la. Essa lei de saneamento ambiental eu vou rever. Conto com o seu apoio. Nossa assessoria vai procurá-la, e a senhora pode ter essa certeza de que vou cuidar disso, bem como da regulamentação do festival de pesca, Dr<sup>a</sup>. Sanny, que já era uma preocupação nossa.

Claro e obviamente que não queremos afastar a questão turística que gera divisa para o Estado, mas essa regulamentação de uma forma para não assustar as pessoas. Nós podemos fazer isto muito bem.

Quero dizer que um cientista Venezuelano, de nome Alberto Palombo, que é uma das maiores autoridades de Recursos Hídricos da América Latina, diz o seguinte, nessas palestras que ele faz pelo mundo: “a terra tem hoje a água em cinco estados físicos: o sólido, o líquido, o gasoso, o poluído e o escasso”. É uma tese desse Venezuelano. Essa frase parece até ser cômica, mas também é trágica. E como foi usada por um cientista de altíssimo nível, assume uma preocupação nossa, porque está aqui envolvida a vida de todos nós.

Gostaria de dar uma colaboração científica, Deputado Nataniel, mas não sou cientista. Aliás, depois de ouvir tudo isso aqui, nós tínhamos de ficar calados e apenas ler a ata,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

porque só falaram cientistas aqui. Mas sou um homem público, sou um político, como Vossa Excelência, sou um cidadão latino-americano e, com muita preocupação com esse tema água, quero reforçar a Vossa Excelência que esse trabalho terá continuidade na Comissão de Meio Ambiente da Casa.

A reformulação do Regimento Interno foi concluída, e quero aqui colocar apenas para reflexão alguns dados que nos chocam bastante e que nos alertam também em relação ao tema água:

“Em nosso planeta trinta milhões de pessoas morrem todos os anos por falta de acesso a água limpa e segura.” É um dado alarmante. Isso é anual. “Vinte e sete por cento de nós latino-americanos já não temos acesso razoável à água potável. Trinta e um por cento ainda não têm serviço mínimo de esgotamento sanitário.” Esses dados são da Organização Panamericana de Saúde, de 2003.

“Mais de noventa e três por cento da Mata Atlântica Brasileira foi desmatada desde o descobrimento do nosso país, comprometendo as fontes de água doce de mais de cento e quinze milhões de pessoas.”

Hoje, não falamos aqui em desmatamento. Quer dizer, é um tema que tem que estar focado em relação à água.

Nós sabemos que uma pessoa agüenta ficar três dias sem beber água, porque 70% do nosso organismo são de água, a nossa estrutura corporal. O oxigênio necessário para manter as nossas funções fisiológicas acaba em três dias também, se não repormos esse líquido vital.

Em Mato Grosso, o paraíso das águas, essas estatísticas já começam a nos incomodar. O Deputado mostrou aqui, na palestra que o Núncio colocou, algumas belíssimas cachoeiras, um visual para nos alertar se não repensarmos o modelo de produção nesse projeto de saneamento agroecológico e ambiental que está aqui, na Assembléia Legislativa, do qual eu faço parte. E vamos convocar a Universidade Federal de Mato Grosso, outras universidades e faculdades, as ONGs, o Governo, as pessoas interessadas, para discutirmos a partir do próximo mês. Esse projeto tramita nesta Casa. Certamente, teremos sérios problemas com as nossas bacias hídricas e com o nosso Pantanal se não fizermos um trabalho acurado e, principalmente, baseado nos estudos apresentados aqui, principalmente nesta audiência.

Deputado Nataniel de Jesus, são números tristes e nós temos que fazer algo a esse respeito para evitarmos e impedirmos uma vergonha maior para as nossas futuras gerações. A pergunta que faço a todos é: qual é o mundo que estamos deixando para as nossas gerações futuras, para os nossos filhos? É um alerta que vem daqui, do Professor Domingos Iglesias. Quando ele parou com a política, em 1954, eu nasci. Isso equivale dizer, Dr. Luiz Henrique, que tem mais de cinquenta anos que ele pesquisa, quase cinquenta.

De forma que eu quero concluir dizendo da importância desta Audiência Pública. É uma pena que os Deputados Estaduais não estejam aqui, hoje. Eu cobro isso muito.

Eu gostaria de falar mais. Eu me preparei para falar mais, mas eu sei que o momento é avançado.

Quero deixar a proposta da implantação efetiva da política estadual de recursos hídricos em conjunto com a política de resíduos sólidos e saneamento.

A proposta efetiva aqui para o Deputado Nataniel de Jesus e para essa Comissão. A implantação efetiva da política de água subterrânea de água subterrânea, que já temos uma lei - inclusive tivemos o apoio do Dr. Luiz Henrique da FEMA - e que estamos agora fazendo algumas alterações.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Manifestamos a nossa preocupação com a poluição dos nossos recursos hídricos, em especial, causada por agrotóxicos, cemitérios... Eu vou citar o exemplo do cemitério de Rondonópolis, que fica ao lado do córrego Lourencinho, afluente do rio Vermelho. Estarei lá, no dia 22 de abril, levantando essa tese, inclusive na AGRISHOW de Rondonópolis, onde vamos fazer uma audiência pública com os produtores, mas também fazendo o levantamento dessa questão do cemitério, posteriormente, trazendo essa contribuição à FEMA.

A promoção de uma reunião conjunta com o Estado de Mato Grosso do Sul para discutirmos o Programa BID Pantanal foi tratada hoje com lideranças políticas de lá. Nós vamos trazer essa discussão aqui e espero que a Universidade Federal, a FEMA, outros órgãos e entidades afins, possam estar discutindo uma questão tão séria como essa.

Meu caro Deputado Nataniel de Jesus, orgulho do trabalho de Vossa Excelência num tema tão atuante como esse. Espero que Vossa Excelência não pare por aí. Está de parabéns a sua assessoria e o seu trabalho parlamentar.

Hoje, nós tivemos aqui - eu diria como nos tempos de acadêmico da Universidade Federal dos cursos de História e Direito - um banho de cultura. Nós tivemos aqui um aprendizado ímpar e quem ficou, ganhou. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Com a palavra o Sr. José Stopa (AUSENTE). Com a palavra, o Vereador Mário Lúcio (AUSENTE). Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Gabriela Priant.

A SR<sup>a</sup> GABRIELA PRIANT - Boa-tarde a todos. Meu nome é Gabriela Priant. Sou técnica da FEMA, faço parte da Diretoria de Recursos Hídricos.

Parabenizo a Assembléia Legislativa por essa iniciativa, que trouxe à mesa vários segmentos e podemos ouvir várias abordagens relacionadas a um tema tão interessante e complexo como a água.

Eu apenas faria uma pergunta direcionada para o professor Paulo, em relação ao Comitê Internacional do Rio Guaporé, que o senhor comentou, que está em andamento. Houve aquela conferência das águas, que tive a oportunidade de participar, mas eu gostaria que o senhor explicasse como está sendo feita a articulação com a Agência Nacional de Águas, em relação a esse processo.

O SR. PAULO CÉZAR BODSTEIN GOMES - Gostei muito da sua pergunta. É valiosa.

Vocês têm nos ajudado bastante, participando no conjunto com a universidade, principalmente com o Pólo de Desenvolvimento Mato Grosso/Rondônia.

Está aqui o Presidente e nós estamos, primeiro, trabalhando com a Agência Nacional de Águas. Eu fiz um rápido resumo: Mato Grosso/Rondônia/Bolívia. Aquele mapa que vocês já têm, aquele mapa do plano de divisão de bacias hidrográficas, aproveitei já aquela divisão de vocês, aproveitei a divisão feita pelo próprio Pólo de Desenvolvimento de Mato Grosso e também pela Agência Nacional de Águas, trazida pelo Dr. Ricardo, que esteve aqui naquela ocasião nos direcionando aos municípios que participavam, queriam participar dessa bacia. Então, eu fiz um rápido resumo e esse resumo se encontra com o Dr. Ricardo, analisando para o enquadramento da lei. Aí ele vai retornar e eu vou passar para os senhores, mas ele vai falar: "Aqui não está bom, aqui está bom". Porque a Agência Nacional de Águas veio aqui e sugeriu uma série de coisas, então, nós mandamos, ele vai estar retornando e nós vamos mandar para vocês, vocês vão sugerir outras coisas e aí nós entraremos no Pólo de Desenvolvimento Mato Grosso/Rondônia para discutir o regulamento oficial desse Comitê sugerido pela Agência Nacional de Águas, através do Dr. Ricardo.

É mais ou menos isso o que temos no momento.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Com a palavra, o Sr. Aldir Schneider, Presidente do Pólo de Integração Nacional Mato Grosso/Rondônia.

O SR. ALDIR SCHENEIDER - Boa-tarde a todos.

Cumprimento o Deputado e digo que saímos daqui felizes e também preocupados. Como aqui, técnicos, professores, doutores na área, somos pessoas comuns, Presidente do Pólo, e queremos dizer que é interessante saber que temos parceiros na ponta, e aqui estamos nós, no interior. Nós estamos há três anos trabalhando, através do pólo, na implantação dos consórcios de desenvolvimento sustentado. Temos seis consórcios criados, mais as Agendas 21 implantadas em trinta e uma cidades. Daí então a sugestão para que não só na questão das águas, mas em todos os setores da economia a questão social e ambiental é tudo.

Dizer, também, que teríamos que ter educação, Deputado, presente, criando disciplina ambiental de fato para formamos as futuras gerações. Estou feliz em ver a FEMA, através do seu Secretário Moacir Pires e a equipe, que, devagarzinho, não podem aprontar muito no início, mas conseguiu, botando velocidade, e este ano teve um avanço grande, o IBAMA e técnicos, assim.

A preocupação dos Comitês do Guaporé, que é internacional, e o Comitê do Juruena, que é um dos grandes rios que formam o Tapajós, e vimos aqui que vão transpor... Daqui a pouco tem que abastecer o rio São Francisco via duto, ou São Paulo via duto de água, como tem os dutos de óleos e de gás, e vemos que o mundo está complicado.

E a diretora da SANECAP aqui demonstrou uma tragédia que não precisa dizer que é, deu para ver que é. E assim também temos no inteiro do Estado. Por isso, Deputados, que o setor socioeconômico tem que avançar rápido, porque, se nós sobrevoarmos Lucas do Rio Verde, Sapezal, qualquer lugar, não vamos encontrar uma árvore na beira do rio. Em Sorriso e regiões foi drenado, e a água do lençol freático foi baixada. Quer dizer, o impacto disso, a custo do progresso, do dinheiro e da ganância nos assusta. Então, esse Comitê do Guaporé, para preservar, porque a soja está avançado Rondônia adentro...

Eu fui prefeito em Sapezal, há seis anos, tentamos implantar, criamos uma lei municipal de duzentos metros, porque a mata ciliar é de trinta metros, cinquenta metros, e não conseguimos nem respeitar os trinta, ninguém respeita nem os trinta metros.

O Comitê de Bacias do Juruena está aí, de Campos de Júlio era para ter reunião, está sendo adiada já pela terceira vez e vai ser adiada muito ainda, porque lá tem fazendeiros que empurraram a barranca do rio com as esteiras, as árvores, para não catar, dentro do rio. O rio Juruena é o rio mais limpo que tem e ele agora já suja, quer dizer, é um desastre. Então, nós temos que tomar providências através do IBAMA, da FEMA, do pólo, da legislação, porque temos aí notícias e soubemos que leis são boas.

Nós temos problemas ambientais, e temos uma sugestão para a Universidade Federal, que levem seus alunos, de todas as áreas, aos municípios pequenos do interior que não têm dinheiro, para fazer esse trabalho através de tese, através de monografia. O município, o prefeito paga as despesas, a estadia do aluno, mas é um projeto que serve de tese para o aluno, um futuro cientista, um defensor, mas faz em Brasnorte, faz em Acorizal, faz onde for porque, muitas vezes, o prefeito não tem. E aí é um custo zero. Esta é uma proposta que poderia ser levada pela a universidade.

Também quero dizer que o Juruena - que nem as hidrelétricas - tem uma série de usinas projetadas, já construídas, e agora vem os pivôs. Agora, quem diz, quanto à água, se tirar 20% da água do rio, nos pivôs, as usinas para baixo já não funcionam, porque ocupam toda água. Então, quer dizer, falta planejamento, entrosamento, e isso tem que ser levado a sério.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Eu fico feliz. O pólo de integração vai continuar quase uma palestra, e acho que foi importante, aprendemos tudo, mas dizer que lá na ponta tem muita gente trabalhando, está tentando segurar.

Então, Deputado, parabéns pela Audiência Pública, vamos criar resolutividade. O que é que nós vamos fazer agora, saindo daqui? Cada um vai para casa. Ficamos admirados pelo que ouvimos, mas vamos para casa. Então, é preciso termos realmente ações na educação, criar disciplina nas comunidades. Os técnicos têm tudo pronto, fantástico, muita coisa tem e eu não sabia. Eu, que já estou há muitos anos trabalhando e ainda têm dados novos que fazem com que acreditemos que vamos ter uma saída muito boa para Mato Grosso. Mato Grosso tem água de sobra, não precisamos cuidar, mas temos que cuidar dos paulistas, dos gaúchos, do mundo inteiro, porque a água vai faltar no mundo.

O petróleo movimenta bilhões e bilhões, trilhões de dólares, e é motivo de guerra. Se pararmos para pensar quanto movimenta a água, em dólares, no mundo, é quase o dobro do petróleo, e não está gerando guerra, ainda.

Era isso, só algumas colocações, algumas sugestões que o Setor Taquigráfico deve ter anotado, de a universidade acelerar no processo e ir mais rápido na ponta, cobrar mais dos fazendeiros para replantar a beira dos rios, parar de crescer a plantação de soja, porque, quanto mais se planta, mais baixa o preço, e quebra todo mundo daqui a pouco.

Eu fui a Brasília, defendi uma tese lá, no meio ambiente, plantar na terra indígena! Vamos parar de planar na terra indígena, liberar, deixa o índio plantar, não entra branco lá dentro, fazendeiro, porque só os grandes vão plantar. Disputar umas terras dessas, que não custa dinheiro, não paga imposto e o coitado do sem terra, os pequenos produtores não tem acesso. E, se agregar cinco milhões de hectares de terras em soja, em terras indígenas, nós vamos produzir três toneladas por hectare, que é produção média, e nós vamos produzir quinze milhões de toneladas de soja a mais. O que significa isso? Quebrou Mato Grosso, quebrou todo mundo, porque a soja vem a dez reais. Então, é uma preocupação, é um apontamento, é uma preocupação que colocamos.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. DOMINGOS IGLÉSIAS - Na oportunidade, você me lembrou uma coisa importantíssima que eu queria falar, mas, preocupado com o tempo, não deu.

Eu tenho um Programa, que já entreguei à Assembléia Legislativa, sobre aproveitamento da energia solar em alta escala, para dois milhões de quilowatts, ou seja, dois mil megawatts em Cuiabá. É termoeétrica. Você trabalha com a usina solar doze horas e doze horas complementadas com a termelétrica.

Foi assinado um contrato com o Governo Jaime Campos e com a própria firma alemã que já fez nos Estados Unidos duas usinas de dois milhões de quilowatts, lá no deserto de... Está tudo escrito, bonitinho, a cabeça varia. Pois bem, às vezes, por desinteresse de seqüência de um governo, ele foi arquivado. Olha aí! E agora estamos vendo falar sobre essas usinas que querem fazer, aproveitando os mananciais hídricos, porque toda usina elétrica quebra a piscicultura, quebra peixe. Se não tiver escala de peixe, o peixe que está embaixo não sobe, o que está em cima não desce. É o problema de Cuiabá, quem está aqui para cima não tem piracema.

Pois bem, dos trinta mil quilowatts a dois mil e oitocentos dólares o quilowatt, se os senhores tiverem sessenta milhões, ela dá pronta a usina e sem nenhum dinheiro do Governo, apenas financiado pelo Banco Mundial. Isso era uma coisa que eu queria falar, porque estão falando tanto em usina para tirar os nossos recursos hídricos... Olha, destrói o equilíbrio, toda a barragem corta. Pois bem, meu amigo, pense nisso e mais tarde pode me procurar na Defesa Civil que eu dou detalhes.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Nós temos mais uma pessoa para fazer uso da palavra, a Sr<sup>a</sup> Iranilda Santos, corpo docente da UFMT.

A SR<sup>a</sup> IRANILDA SANTOS - O meu nome é Iranilda, e estou de alguma maneira grata por ter estar aqui. Primeiro por ter revisto o Dr. Iglesias. É sempre um prazer imenso ouvi-lo! Eu não o sinto como engenheiro. Sinto o Dr. Iglesias sempre como um ecologista humano que mistura filosofia com ecologia. Mas o que eu queria lembrar - eu tenho meu doutorado em Política e Gestão Ambiental - é que alguém tinha falado aqui, mais cedo, sobre propor educação ambiental para os irrigantes, já que os irrigantes são os que mais têm consumido os recursos hídricos, não só aqui no Brasil, como no mundo inteiro.

Mas eu penso de uma outra maneira: eu acho que a educação ambiental é viável sim, ela tem que acontecer. Mas é obvio que à maioria dos irrigantes, assim como a qualquer outra categoria, enquanto não estiver pesando no bolso, isso não vai ser sentido.

Eu não acredito, de nenhuma outra maneira, que nós consigamos andar com a Lei nº 9.433, e olha que ela já tem oito anos. Aqui em Mato Grosso, praticamente, não fizemos nada em relação a ela.

Eu estava nesses últimos quatro anos fora daqui. Estava fazendo meu doutorado. E ouvindo aqui... Inclusive, a minha pergunta era essa, mas a Sanny já respondeu na fala dela, então eu resolvi não fazê-la, que era sobre a questão do Comitê de Bacias. Era só para confirmar uma coisa que eu já sabia também - claro.

Então, eu acredito que a Lei nº 9.433 só vai funcionar quando colocarmos a mão na massa para fazer os comitês funcionarem. E, para mim, o comitê não tem que funcionar a partir dos conflitos; ele tem que funcionar a partir da idéia da preservação da água e do solo. Para isso, aí sim, a universidade tem um papel fundamental, que é a produção do conhecimento para conseguir contribuir efetivamente com a situação.

Como o Atílio falou: nós temos muitas leis. E para mim a lei é boa quando funciona. Nós, aqui no Brasil, temos uma centena de leis lindas no papel, mas que não funcionam de maneira nenhuma, porque nós não temos monitoramento, nós não temos avaliação, porque sempre falta pessoal. Está aí a Sanny que é da FEMA e que pode falar melhor do que eu. O Hugo lembrou-nos da questão do desmatamento e da falta de reflorestamento das áreas desmatadas. Gente, o Código Florestal é de 1967, e nós nunca o obedecemos!

Antes do Código Florestal, o nosso Código de Águas já falava sobre isso. Quem é que aqui conhece o Código de Águas? Quem de nós falou sobre o Código de Águas?

Eu acredito que, na verdade, nós deveríamos, então - e aí sim essa Casa tem um papel fundamental -, botar mais a mão na massa, cobrando do Executivo para que ele fiscalize, monitore e multe pesadamente quem infringir a lei, porque o desconhecimento da lei não significa que você esteja isento de cumpri-la. Mente quem diz que é um grande fazendeiro, que faz irrigação, que desmata até a beira da nascente e não conhece a lei, porque para isso ele tem um agrônomo lá dentro, ele tem outros parceiros lá dentro que sabem e conhecem muito bem.

Eu só acredito que nós vamos conseguir avançar nisso quando se começar a multar pesadamente porque, definitivamente, o bolso é o órgão mais sensível do ser humano. Eu acredito que o Comitê tem um papel fundamental porque é ele quem vai discutir a questão da cobrança. É o Comitê que depois, junto com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, vai fazer a Agência de Águas e que vai poder trabalhar junto com o Comitê para definir o preço da água.

O companheiro Paulo estava falando sobre o Comitê de Piracicaba e outro que ele citou. Eu acompanho direto esses Comitês pela *internet*, por conta do meu trabalho de tese. E lá já se está cobrando isso, porque lá já se instituiu a cobrança. Eu tenho certeza de que, dentro de pouco

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

tempo, as indústrias vão começar a pensar em reuso e os irrigantes vão começar a pensar em outras formas de irrigação que não o pivô central, porque não podemos continuar acreditando que nós temos uma quantidade grande de água. Só que, na verdade, como diz o Morran, na natureza nada está sozinho. Quer dizer, se eu mexo no solo eu mexi com a água; se eu mexi com a água, eu mexi com a vida; se eu mexi com a vida na água, eu mexi com todos os ecossistemas que estão do lado. Enquanto nós continuarmos pensando em tudo separadamente, como se cada um estivesse dentro de uma caixinha, guardadinho, não vamos conseguir avançar absolutamente em nada.

Eu iria sugerir, já que o companheiro Atílio falou que agora nós vamos para casa, que cada um achou muito lindo o que ouvimos aqui, que para alguns foram coisas novas, para outros nem tanto, e não se vai fazer nada, que saíamos daqui com uma proposta.

Por que não sair daqui uma idéia inicial da criação, com uma data para nos reunirmos e pensarmos na criação do Comitê do Rio Cuiabá, com as pessoas que estão aqui dentro?

É desse jeito que eu acredito que a participação pode acontecer, com pessoas que sejam da comunidade. Aqui tinham pessoas da escola; os companheiros da engenharia que estão aí, que produziram questões específicas sobre a qualidade da água; eu, que na minha tese trabalhei a questão da participação social nos Comitês de Bacias. Mas que possamos sair com uma proposta de continuidade, porque, de outra maneira, não vamos conseguir fazer a coisa avançar. De repente, nós passamos mais oito anos e a Lei nº 9.433 continuará no papel (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Para concluir, eu gostaria de ler aqui um trecho da Bíblia, já que o Professor Domingos Iglesias também o citou. “E disseram os homens da cidade a Elizeu: eis que o assentamento desta cidade é bom, como meu Senhor vê, mas as águas não são boas e a terra é estéril. E disse: trouxe-me uma tigela nova e ponde nela sal. E eles a trouxeram. Então, saiu a fonte das águas e deitou nela o sal. Assim diz Deus: curei essas águas. Não sairão delas mais mortes, nem esterilidade. E as águas ficaram sadias até o dia de hoje”.

Naquela época, lá em Samaria, há mais de dois mil anos atrás, uma cidade bem localizada tinha um grande manancial de águas. Mas diz o trecho bíblico que a água era amarga e a terra era estéril. E o homem de Deus, o homem ungido, usou um pouco de sal numa tigela e derramou na fonte da água e transformou aquela água amarga em água boa, doce para ser bebida. Diz a Bíblia que aquela água foi transformada, tornou-se boa até os dias de hoje.

Naquela época, nós tínhamos pessoas que agiam na fé. Hoje, nós temos que agir diferente.

Se nós tivéssemos no nosso meio um santo que pudesse chegar no rio Cuiabá e derramar um pouco de sal, transformá-lo e tirar toda poluição, ou nos grandes mananciais, assim seria. Mas como não existe hoje um santo capaz de transformar as águas e purificá-las, então, compete a cada um de nós essa responsabilidade.

Eu não gostaria de me estender mais, porque já foi falado tudo que era necessário. Cada qual fez suas colocações, colocou aqui uma exposição da sua própria sabedoria, daquilo que foi estudado, daquilo que o próprio Professor Iglesias, que há tantos anos vem estudando, colocou aqui; a sabedoria também do Deputado Humberto Bosaipo e de todos os outros que aqui participaram.

Eu quero dizer, Deputado Humberto Bosaipo, que isto não vai terminar aqui. Talvez, muitas pessoas ficaram tristes em saber de tantos problemas, mas não vai terminar aqui. Nós vamos continuar com esse tema, ou melhor, vamos continuar com esta luta em defesa da vida.

Sabemos que essa responsabilidade Deus deixou para nós, porque nós temos grandes mananciais de água, não quer dizer que podemos usá-la, desperdiçá-la, fazer dela o que quiser.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: ÁGUA - O**  
**PROBLEMA DO SÉCULO XXI, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Cada pessoa na sua casa usa sua água como bem entende. Deveria ter um regulamento, ou educação, ou uma outra cultura. Nós não podemos apenas desperdiçar porque temos muito. Devemos lembrar que essa água faz parte do mundo, é um bem universal.

Existem pessoas na China, no Oriente Médio, na África e outros continentes, que estão provados, como o senhor mesmo colocou na sua fala, que são 30 milhões de pessoas que estão morrendo de sede, não tiveram o que temos.

Nós fomos privilegiados por Deus, mas só para fazer uso? Não. Deus nos deu a responsabilidade de cuidar dessas águas.

Daqui para frente cada um de nós que participou desta audiência cresceu na responsabilidade de guardar, preservar, saber usar, saber educar e começar aqui uma nova cultura.

Quero agradecer ao Deputado Humberto Bosaipo, meu companheiro, e dizer que eu estendo a minha mão para juntos lutarmos pelas águas do nosso Estado, pelas águas do nosso País.

Quero dizer, Dr. Iglesias, e todos os demais que participaram, que contribuíram, que ilustraram, que fizeram trazer ao conhecimento, não somente dessas pessoas, porque aqui também estiveram a imprensa e principalmente a TV Assembléia, que estará gerando imagens para mais de 20 mil residências.

Então, esta Audiência não ficou apenas nessas quatro paredes. Muita gente estará ouvindo e desenvolvendo novas idéias.

Parabéns para vocês que estiveram aqui e que aprenderam um pouco mais, como eu mesmo aprendi mais ainda, pude acrescentar mais o meu saber junto com essas importantes autoridades.

Agradeço a presença de todos, do Deputado Humberto Bosaipo e de todos que participaram da Mesa.

Por um motivo técnico, não vamos executar o Hino de Mato Grosso, mas ficam aqui os nossos agradecimentos de todo o coração e aguardaremos, com certeza, uma nova data, quem sabe, no Parlamento das Águas, para discutir mais esse assunto, que é um assunto muito complexo, que precisa ser debatido quase que todos os dias.

Muito obrigado pela atenção, que Deus abençoe a todos (PALMAS).

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Tânia Maria Pita Rocha;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;

- Revisão:

- Nilzalina Couto Marques;
- Ila de Castilho Varjão;
- Laura Yumi Miyakawa.